

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano IX • Novembro/Dezembro 2007 • Nº 67



VALE SEMPRE A PENA!

EDITORIAL

As incompreensões do sr. ministro

Logo após ter sido anunciado pela COMIL o "Encontro pela Justiça e pela Lei", o Ministro Severiano Teixeira, com ar cândido de quem se mostrava surpreendido, afirmava publicamente não compreender as razões que levavam os militares a protestar.

A postura do Sr. Ministro, aliada às suas afirmações, procurava fazer crer aos mais distraídos que tudo estava bem na pasta que tutela. Esqueceu-se que os militares não se distraem, estão permanentemente de atalaia.

Sem sermos exaustivos, relembramos algumas das razões que tornaram o Encontro tanto justo como necessário, aliás razões constantes no memorando que lhe tinha sido entregue em 14 de Agosto de 2007.

Será que o Sr. Ministro entende que o incumprimento reiterado e doloso de mais de quarenta diplomas legislativos que provocam uma dívida crescente de mais de mil milhões de euros à Família Militar, não tem gravidade, que é uma questão de somenos?

Entenderá o Sr. Ministro que os cortes introduzidos no Orçamento de Estado para 2008 nas áreas da saúde e dos vencimentos do pessoal na situação de Reserva não é motivo para acrescentar preocupação às preocupações existentes no seio da Família Militar quanto ao seu futuro?

Esqueceu-se o Sr. Ministro que dias antes tinha publicado um Despacho que retirava aos cônjuges dos militares o direito a serem beneficiários da ADM – direito este consagrado legislati-

vamente desde 1972?

Terá o Sr. Ministro a consciência que durante o seu consulado se tem assistido à maior vaga repressiva, sobre os militares, desde que foram criadas as associações sócio-profissionais de militares e por razão de actividades com elas relacionadas?

Entenderá o Sr. Ministro que os militares têm razões para ficarem felizes com as alterações legislativas que introduziu no acesso aos tribunais e com o estatuto do dirigente associativo que produziu e fez publicar?

Não compreenderá o Sr. Ministro o sentimento de revolta dos nossos camaradas, portadores de folhas de serviço a roçar o brilhantismo, que por força de uma legislação cega e injusta se vêm forçados a passar à situação de reserva compulsivamente a 1 de Janeiro de 2008, sem que o vissem "mexer uma palha" para o evitar?

Bem, paramos por aqui pois muito mais haveria para acrescentar. Se estas não são razões suficientes para justificar o nosso protesto, o que o poderá justificar?

Pois é, Sr. Ministro! Quem não entende razões tão simples e substantivas para o nosso protesto, como poderá entender as razões, essas sim difíceis, de uma boa governação?

Como estamos no limiar de um Novo Ano, desejamos que 2008 lhe traga o entendimento e a compreensão que permita à Família Militar deixar de ter razões para protestar, na certeza de que continuaremos, sempre determinados e de atalaia! ▲

Encontro pela Justiça e pela Lei

Pág. 6

Cálculo das Pensões de Reforma CGA recua...

Pág. 4

COMEMORAÇÕES DO 31 DE JANEIRO

DIA NACIONAL DO SARGENTO

Pág. 12

**A ANS deseja um Ano 2008 mais Próspero e Feliz
a todos os seus Associados, Amigos e Família Militar !**

Conselhos de Classe dos Sargentos da Armada fazem justiça

No dia 14 de Novembro último, reuniu para apreciação das condições gerais de promoção a Sargento-Ajudante e a Sargento-Chefe, o Conselho de Classe dos Sargentos da Armada.

A apreciação foi solicitada pela chefia da Armada por ter dúvidas que os Primeiros-Sargentos com vaga para promoção e os Sargentos-Ajudantes a escalonar por mérito para promoção por escolha a Sargento-Chefe, que assinaram um documento de solidariedade para com o vice-presidente da ANS, SMOR David Pereira, aquando do processo disciplinar que lhe foi instaurado em Maio de 2006, reunissem as condições gerais para promoção.

Segundo conseguiu apurar "O Sargento", os Sargentos-Mores que compõem o Conselho de Classe apreciaram todo o processo relativo aos camaradas em apreciação, não dando qualquer relevo ao documento que gerou por parte da chefia da Armada aquela apreciação. Na sua opinião, se o documento de solidariedade era assim tão grave deveria na altura ter gerado acção consequente por quem de direito, o que não ocorreu.

Ainda, segundo o que "O Sargento" apurou, o Conselho de Classes pronunciou-se, votando, que a totalidade dos sargentos apreciados detinham todas as condições gerais de promoção.

Deste modo foi feita justiça e impedida mais uma acção persecutória sobre os Sargentos da Armada.

Nota de Redacção:

Que o exemplo frutifique, neste e nos outros ramos, na defesa da honra e da dignidade por quem se bate pela Condição Militar.

Bem hajam, Camaradas! ▲



Associações Profissionais de Militares apresentam relatório revisto e actualizado

As APM's apresentaram, no passado dia 14 de Novembro, o Relatório ao Incumprimento da Legalidade Democrática, revisto e actualizado.

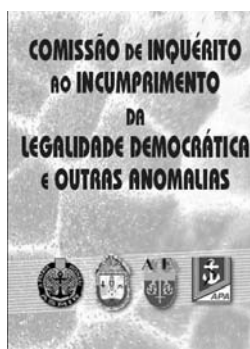
Na sessão pública de apresentação o TGen Silvestre dos Santos, presidente da Comissão de Inquérito, afirmou:

"Em Outubro de 2006 foi publicamente dado a conhecer o Relatório elaborado pela Comissão, à qual as APM me concederam a honra de presidir.

Nele foram relatados inúmeros casos de incumprimento da legalidade, omissões, condutas lesivas, falta de actuação legislativa, etc., com o desrespeito continuado por mais de 40 diplomas, por parte de quem se convencionou designar por poder político e político-militar."

Na sua intervenção o presidente da Comissão de Inquérito, refere:

"Durante o ano que passou após a publicação do Relatório, acentuou-se seriamente a degradação do estatuto da condição militar, configurando um desrespeito continuado pela Lei n.º 11/89, "Ba-



ses gerais do Estatuto da Condição Militar": carreiras, remunerações, regimes de voluntariado e de contrato, assistência na doença, protecção na reforma, acção social complementar, sem falar nos direitos de cidadania, em que assumem particular significado as restrições acrescidas no Estatuto dos Dirigentes Associativos introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 295/ 2007, de 22 de Agosto.

Esta pressão constante de medidas – ou da falta delas – têm conduzido a um mau-estar larvar entre os militares, de muito mau prenúncio para o moral e coesão que deviam ser preservados, e que o poder político-militar, contrariando todas as evidências, nos acusa de sermos

nós a pôr em causa."

Referiu ainda o TGen Silvestre dos Santos, relativamente ao Relatório ao Incumprimento da Legalidade Democrática apresentado e distribuído em Outubro de 2006:

"Curiosamente, os poderes instituídos remeteram-se a um silêncio total, ao mesmo tempo comprometedor e esclarecedor, pois nem sequer vieram a público negar o que expusemos. E não o fizeram pela simples razão de que o não podem fazer, porque o seu teor é incontestável e indesmentível. Daí, limitarem-se a 'varrer o lixo para debaixo do tapete' ou a colocá-lo na 'gaveta do esquecimento'."

A terminar e em nome da Comissão de Inquérito, a que presidiu, o TGen disse:

"Agradecendo a confiança em nós depositada pelas Direcções das APM, em nome da Comissão, termino com a firme convicção do cumprimento dos valores do nosso Juramento de Fidelidade: MIS-SÃO CUMPRIDA!" ▲

Sargentos da FAP solidários com camaradas propostos a conselho superior de disciplina

O Tenente-General Victor Morato, Comandante de Pessoal da Força Aérea Portuguesa, que por inerência de funções preside aos Conselhos de Especialidade deste ramo das Forças Armadas, impondo um funcionamento anti-democrático, propôs que fossem enviados a Conselho Superior de Disciplina todos os sargentos, em apreciação, que tivessem sido alvo de processos disciplinares por terem participado em acções de cariz sócio-profissional.

Solidários com os seus camaradas enviados a Conselho Superior de Disciplina, os sargentos do COFA – Comando



Operacional da Força Aérea, em Monsanto, da BA1 – Base Aérea n.º 1, em Sintra e da BA6 – Base Aérea n.º 6, no Montijo, faltaram ao almoço nos dias 23, 25 e 30 de Outubro, respectivamente.

Segundo apurou "O Sargento", estas faltas ao almoço decorreram de forma espontânea e com enorme participação, tendo sido dado um sinal importante da capacidade e disponibilidade dos Sargentos da Força Aérea na defesa dos seus camaradas, alvo de mais esta arbitrariedade e acção persecutória.▲

Anulação dos processos disciplinares e reabilitação das carreiras

Esta é uma exigência premente e actual, uma questão de justiça e legalidade democrática. A anulação dos processos disciplinares instaurados por motivos das acções associativas e a reabilitação das carreiras e folhas de serviço de todos os camaradas vítimas da deriva persecutória e repressiva deste Governo, é também uma condição para recuperar a confiança e obter a pacificação entre as partes envolvidas na resolução dos problemas socioprofissionais dentro das Forças Armadas.

Tal como a Direcção da ANS defende no seu comunicado n.º 18 de 2007, sobre a origem dos cerca de 50 processos disciplinares e as punições impostas pelo Governo nos últimos 28 meses, «(...) na génese das acções processadas e punidas, está precisamente a obediência ao nosso Juramento de Bandeira e à nossa Condição Militar de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis da República».

Acrescentando que «cumprisse o Governo as dezenas de diplomas legais que sucessivos Governos desprezaram, ignorando a tal **Legalidade Democrática**, lesando a Família Militar no seu conjunto em mais de MIL MILHÕES DE EUROS, e, certamente, não teria havido nenhuma acção. Tivesse o Governo encetado um processo de diálogo honesto e construtivo, como as associações repetidamente solicitaram, e, hoje, todos estaríamos satisfeitos e de parabéns pelos êxitos obtidos».

E, recordando as diligências das associações para que os problemas fossem resolvidos pela via do diálogo sério e construtivo, é realçado que «solicitámos por escrito várias audiências a todos os Órgãos de Soberania, sem que daí resultassem quaisquer soluções, ou mesmo conversações. Solicitámos à Assembleia da República, em abaixo-assinado com mais de 8.000 assinaturas, para que, no uso das suas competências constitucionais, fiscalizasse a acção do Governo e o obrigasse a cumprir as dezenas de diplomas legais desrespeitados: **debalde!**

«Só após bater a todas as portas e estas se terem fechado, iniciámos o processo de visibilidade pública, como recurso legal, exercendo



a cidadania na Defesa da Condição Militar e da Legalidade Democrática». Acrescentando «que [por esta via] não conseguem escamotear esta verdade lapidar: o Estado deve mais de MIL MILHÕES DE EUROS à Família Militar, não cumpre dezenas de diplomas legais, remetendo-o para a situação de relapso», portanto, os militares, pela sua Condição Militar, não podem pactuar nem aceitar esta violação reiterada da Legalidade Democrática.

Mas os militares punidos também defenderam – nessas acções de visibilidade e impacto público, para onde nos remeteram ao fecharem todas as portas às justas soluções apresentadas – a disciplina e a coesão das Forças Armadas bem como a salvaguarda da sua operacionalidade qualificada à luz dos novos paradigmas e exigências das missões mili-

tares no estrangeiro, em Teatros de Guerra atípicos.

Provamos esta afirmação com recurso aos documentos oficiais entregues desde Junho de 2005 aos dois ministros da Defesa Nacional e à Comissão de Defesa Nacional, bem como no texto de cobertura do abaixo-assinado, com milhares de assinaturas, atrás referido.

Encarando o problema da repressão associativa de outro ângulo, podemos salientar que **uma parte considerável dos processos se baseou, ou em delitos de opinião, ou em participação em manifestação: em qualquer dos casos fundamentos políticos e não militares e operacionais.**

Toda a fundamentação processual, ficou agora bastante debilitada com o acórdão do Tribunal Administrativo e

Fiscal de Lisboa, ao mandar anular a proibição dos chefes militares para que os militares na efectividade de serviço não participassem na Vigília realizada no passado dia 12 de Julho à porta da residência oficial do Primeiro-ministro, alegando tratar-se de uma manifestação violadora da disciplina e da coesão das Forças Armadas. Decisão judicial confirmada pelo recente acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul ao negar provimento ao recurso interposto pelo MDN onde requeria a anulação do acórdão da instância anterior.

Segundo a ANS, no citado comunicado nacional, visava esse recurso criar «jurisprudência que lhe permitisse prosseguir a iniquidade de não cumprir dezenas de diplomas legais, dever mais de mil milhões de euros à Família Militar e, esta, ficar 'legalmente' amarrada sem poder sequer queixar-se publicamente e exigir a liquidação desta vergonhosa dívida».

Ao decidir daquele modo, segundo declarações de Lima Coelho à imprensa, a associação tomou conhecimento na quinta-feira da decisão do Tribunal Central Administrativo do Sul, que «reafirma o direito de os militares no activo participarem em manifestações, desde que sejam cumpridas todas as normas», ou seja, «desde que legalmente convocadas e os militares estejam trajados à civil».

Portanto, «ficam também debilitados os argumentos relativamente aos cerca de 50 processos disciplinares e às punições impostas pelo Governo nestes últimos 28 meses».

E «ganha ainda maior evidência a exigência da ANS de serem anulados todos os processos disciplinares e reabilitadas as carreiras de todos os militares lesados por os Governos não cumprirem com a Legalidade Democrática. É um objectivo que não abandonaremos, custe o que custar e demore o tempo que demorar! **A razão e a Legalidade Democrática estão do nosso lado!**»

Nas comemorações do 117.º aniversário do 31 de Janeiro de 1891 lançaremos uma campanha no sentido de concretizar este justo objectivo! ▲

Um tempo para olhar para trás... e para a frente!



Por Emmanuel Jacob (*)

Geralmente o final do ano é um momento escolhido para olhar para os doze meses passados e fazer uma avaliação das coisas que fizemos e das que não fizemos, aquelas em que fomos bem sucedidos e aquelas em que não o fomos, e acima de tudo, que novos objectivos devemos impor a nós próprios para o ano que se aproxima.

Acredito, com algum orgulho, que podemos afirmar que, para a EUROMIL, 2007 foi um ano positivo e até mesmo de muito sucesso. Durante os últimos doze meses a EUROMIL teve encontros ao mais alto nível, quer com entidades políticas quer com chefias militares, com o objectivo de os alertar e sensibilizar para a situação dos militares europeus. De entre estes encontros podemos mencionar os que decorreram com o Presidente da UEMC (European Union Military Committee, General Henri Bentégeat), com o Director-Geral do EUMS (European Union Military Staff, Lieutenant General Leakey), com o Ministro da Defesa de Portugal, com o Secretário de Estado da Política de Defesa da Roménia

e por último, mas não menos importante, com o Secretário-Geral da NATO a que se seguiu uma apresentação sobre a EUROMIL ao Conselho Euro-Atlântico de Parcerias, ao nível de embaixadores. A EUROMIL tem também mantido contactos regulares com deputados nacionais, com eurodeputados e chefias militares de toda a Europa a fim de promover os interesses sociais dos militares europeus.

Para além destes contactos não poderemos esquecer a colaboração com o Conselho da Europa através dos encontros com o "Grupo dos Direitos Humanos para os Membros das Forças Armadas". Este Grupo de Trabalho, que foi estabelecido pelo Grupo Promotor para os Direitos Humanos, está a preparar um projecto de recomendação ministerial subordinado ao tema "Direitos Humanos para os Membros das Forças Armadas" no seguimento da Recomendação 1742/2006 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. A EUROMIL está profundamente convencida que este tipo de recomendação é extremamente importante para os militares europeus e nesse sentido está a dedicar um grande esforço na preparação e discussão destas propostas.

2007 foi um ano de muito sucesso e usando as palavras do Secretário-Geral da Nato, Jaap de Hoop Scheffer "A EUROMIL foi colocada no mapa". Infelizmente este suces-

so não se tem reflectido a todos os níveis e em todos os países onde as nossas associações têm a sua actividade. É uma vergonha que os nossos colegas em Portugal e na Espanha estejam ainda a enfrentar enormes problemas. É inaceitável que eles tenham até de lidar com as consequências na sua carreira militar pela falta de implementação de liberdades e direitos fundamentais.

Mas não são apenas Portugal e Espanha que estão na nossa lista daqueles países que poderiam fazer melhor. Também a França, a Itália, a Grécia e o Reino Unido têm importantes passos a dar até que os seus militares gozem dos mesmos direitos fundamentais inerentes a qualquer outro cidadão. A EUROMIL e as suas 36 associações, de 24 países europeus, não descansarão enquanto houver um único soldado europeu que não possa usufruir da sua liberdade e direitos fundamentais. Os Governos e as Chefias Militares têm que compreender que existe algo que eles não conseguem parar com leis e regulamentos: **a solidariedade entre militares!** Quando eles tentam fazer calar a voz de alguém terão de compreender que muitas outras vozes começarão a fazer-se ouvir e gritarão por Liberdade.

Unidos nos Mantemos!

(*) Warrant-Officer do Exército Belga e Presidente da Direcção da EUROMIL – Organização Europeia de Associações Militares ▲

Cartas ao Director

O Folhetim da CGA

Senhor Director

Só agora me pronuncio sobre esta matéria, depois de alguns dias de ausência, por força da presença nos Conselhos da Arma de Transmissões (Oficiais e Sargentos), que se realizaram na cidade do Porto, onde fui fazer a minha despedida, já que em 31 de Dezembro deste ano me desligo do serviço militar passando à situação de Reserva fora da efectividade de serviço.

Sobre o ofício da CGA, Ofício n.º 2940 de 29/11/2007, que anexo, assinado pelo seu Director Central, Dr. Serafim Amorim, gostava que publicasse a minha opinião.

Em primeiro lugar, deveremos ter em conta que nada está ganho. Só quando os nossos Ramos elaborarem informação condizente com a interpretação vertida no Despacho n.º 219 do CEME e reforçada pelo Despacho n.º 1107/MEF/2006 e esta for aceite pela CGA, poderemos aduzir do resultado. Por outro lado, não nos podemos esquecer dos nossos camaradas que passaram à situação de Reforma depois de 1 de Janeiro de 2006, que tinham direito a que lhes fosse aplicada a lei a vigorar em Dezembro de 2005 o que a CGA não respeitou. Depois há que esclarecer se nos aplica ou não o chamado período de transição, e ainda a Lei 52 de 2007.

Em segundo lugar, tenhamos em conta que este "volte-face" da CGA não se fez por "bondade" do Sr. Director Central. Ele foi obrigado a tomar esta decisão, por força da luta e da pressão de muitos de nós, que tivemos a coragem de a fazer de várias formas, incluindo na rua. Reparem que o Despacho 1107/MEF/2006, que nos veio dar uma pequena esperança, foi assinado e transcrito nas OS das UU-EEOO, para desmobilizar o que ficou conhecido então como o "Passeio do Nosso Descontentamento", nunca tendo dado à luz oficialmente. Passou um ano e nada aconteceu, pelo contrário. Aos nossos camaradas que iam passando à situação de Reserva, após 1 de Janeiro de 2006, a CGA fazendo "tábua rasa" desse Despacho, foi-lhes aplicando a nova lei. Quando questionada através de requerimentos escritos, nem os mesmos se dignavam ler. No meu caso pessoal, foi-me transmitido por uma funcionária da CGA, que tinham mais que fazer do que ler os nossos requerimentos, que estávamos a fazer parece que combinados. Mais me transmitiu que tínhamos a mania que sabíamos interpretar leis. Mas que eles, CGA, é que pagavam, logo tinham o direito de as interpretar como entendiam! Também o último "memorandum", assinado pelos MDN e MEF com data de 30/10/2007, que parece ter levado o Sr. Director Central a dar o dito por não dito e assinar o Ofício n.º 2940 de 29/11/2007, se fez em coincidência com o último protesto que se realizou no dia 22/11/2007, no Rossio.

Se ficássemos à espera do que poderia acontecer até que chegasse a nossa hora de atingir a situação de Reforma, será que sairia alguma interpretação em nosso favor? Duvido!

Vem isto a propósito de entender que não devemos esquecer que nesta luta, pelos nossos direitos, há camaradas que foram punidos disciplinarmente e que há processos disciplinares que ainda correm os seus trâmites.

Assim, e embora haja várias pessoas envolvidas neste processo, das quais nem sempre sabemos o nome, embora eu saiba o nome de muitos deles e eles saibam que eu sei. Entendo por bem, que devemos transmitir os nossos agradecimentos e a nossa solidariedade a todos eles, na pessoa do Comandante Fernandes Torres, que vem sendo a face mais visível de todo este processo e que teve a coragem de dar a cara por ele. Até porque para os nomearmos um a um poderíamos deixar algum para trás.

Um grande abraço ao camarada Fernandes Torres e um grande obrigado. Continua a luta, que com a força de todos nós, venceremos.

Leitor devidamente identificado ▲

Cálculo das Pensões de Reforma dos Militares

CGA recua!

"...de acordo com o despacho n.º 1107/2006/MEF, de 2006-11-20, a fórmula de cálculo da pensão de reforma em vigor em 2005-12-31 aplica-se aos militares, abrangidos pelas disposições transitórias do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, com condições para beneficiarem do regime de reserva anterior àquele Decreto-Lei."

Depois de mais de dois anos de obstinada e ilegal interpretação, o Director Central da CGA, Serafim Amorim, foi forçado a recuar no procedimento que vinha efectuando no cálculo da pensão de reforma dos militares.

Convém lembrar que o procedimento que vinha sendo feito pela CGA só era possível porque contava com a conivência do Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que ao longo destes dois anos sempre deu cobertura ao Director Central da CGA, apesar de todas as denúncias e protestos feitos pelos militares, incluindo as próprias chefias.

Em ofício enviado aos ramos das Forças Armadas, intitulado "Regime de Reserva e Reforma dos Militares das Forças Armadas", o Director Central da CGA afirma:

"Reportando-me ao assunto acima referenciado, informo V.Ex.ª de que, de acordo com o despacho n.º 1107/2006/MEF, de 2006-11-20, de Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, a fórmula de cálculo da pensão de reforma em vigor em 2005-12-31 aplica-se aos militares, abrangidos pelas disposições transitórias do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, com condições para beneficiarem do regime de reserva anterior àquele Decreto-Lei."



Sem querermos o exclusivo dos méritos por esta importante, quanto justa vitória, a ANS sempre diz que deu um contributo importante para ela. Durante estes dois anos com as suas acções determinadas e persistentes não deixou que o problema morresse, e ao mantê-lo vivo e sempre presente,

junto dos militares e da opinião pública contribuiu decisivamente para a reposição da justiça e da legalidade.

Mais uma vez fica demonstrado que vale sempre a pena lutar, pois como costumamos afirmar – Quem luta pode não ganhar... Mas quem não luta já perdeu! ▲

AFINAL, OS SACRIFÍCIOS NÃO SÃO PARA TODOS!

O Ministério da Defesa Nacional (MDN) em 2006 contratou onze pessoas em regime de tarefa e avença com a justificação de "insuficiência de funcionários ou agentes para o exercício das funções", apesar de a Administração Directa e Indirecta do Estado contar com cerca de 569 mil empregados.

Entre a lista de contratados sobressai o nome de André Salgado de Matos, professor assistente da Faculdade de Direito de Lisboa, com um salário mensal de 4797 euros.

O Ministro da Defesa já enviou para o Ministério das Finanças, conforme determina uma resolução do Conselho de Ministros, a lista em causa para apreciação da eventual renovação dos contratos, "que é onde se encontra o processo para apreciação". Severiano Teixeira enviou mesmo às Finanças uma informação sobre "todos os prestadores de serviços do MDN".

A 31 de Dezembro de 2005, o MDN tinha, segundo a Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP), 328 tarefeiros e avençados.

Os onze avençados em causa têm contratos com a Secretaria-Geral do MDN. Desse total, seis foram contratados entre 1 de Abril de 2005 e 3 de Abril de 2006. André Salgado de Matos iniciou o contrato em 1 de Junho de 2005, quando Luís Amado era Ministro da Defesa.



O MDN justifica o valor da avença de Salgado de Matos de forma precisa: "André Salgado de Matos é um dos muitos avençados do MDN. E o preço constante nos seus recibos de vencimento explica-se se tiver em conta que é inferior ao preço de mercado para o seu grau de especialização". Precisa ainda o MDN que os 4797 euros são "um valor bruto, que inclui IVA e IRS".

Por mês, os onze avençados custam ao Ministério da Defesa 21136 euros. Para o MDN, "é também por se tratar de trabalho especializado que o MDN recorre a avençados para o exercício de certas funções".

Estado com 11806 avençados 328 dos quais no MDN

No conjunto dos órgãos de soberania e serviços de apoio, Presidência do Conselho de Ministros e dos 14 Ministérios existiam, em 31 de Dezembro de 2005, 11806 tarefeiros avençados.

Com 5179 funcionários nesta situação, o Ministério da Educação liderava o "ranking" de avençados. Mas os Ministérios da Saúde, Economia, Agricultura e Trabalho também tinham números elevados: 1986, 673, 594 e 571, respectivamente. O Ministério das Finanças tinha 32. ▲

ANS recebida por grupos parlamentares

Na sequência da publicação do DL n.º 295/2007, de 22 de Agosto, a Direcção da ANS endereçou aos diversos partidos políticos com representação parlamentar, bem como ao presidente da Comissão de Defesa da Assembleia da República um pedido de audiência, com carácter de urgência, a fim de ser transmitida aos responsáveis pela fiscalização dos actos do Governo a opinião de que a redacção final deste diploma legislativo não corresponde à prática associativa institucionalizada há vários anos, nem às recomendações e alertas destes mesmos Grupos Parlamentares ao MDN quando este apresentou, em plenário, a primeira versão deste diploma aprovada em Conselho de Ministros, nem mesmo à realidade europeia onde nos inserimos.

Em resposta a estes pedidos foi a ANS recebida pelo Deputado João Rebelo, em representação do CDS/PP, a 11 de Setembro, pela Deputada Heloísa Apolónia, em representação do PEV, a 17 de Setembro, pelo Deputado António Filipe, em representação do PCP, a 28 de Setembro, e pela Comissão de Defesa a 23 de Novembro (ver artigo sobre esta audiência na pág. 8).

Do Grupo Parlamentar do PSD recebeu a ANS um ofício a acusar a recepção do pedido de audiência e a justificar que a mesma se realizaria mais tarde, face ao período eleitoral interno no PSD. O Deputado Rui Gomes da Silva e a assessora, Dr.ª Marina Resende, receberam a Direcção da ANS em 23 de Novembro.

Não foi recebida na ANS qualquer resposta da representação do Bloco de Esquerda a este pedido. De realçar que o maior partido com representação parlamentar, o partido que suporta o Governo, o Partido Socialista, não se pronunciou sobre esta matéria, sendo, até ao momento, o único partido com representação parlamentar que, nesta legislatura, ainda não recebeu a Direcção da ANS.

Estranha forma de promover e manter o diálogo! ▲

ANS reuniu com MDN

A ANS reuniu com o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Severiano Teixeira, em 14 de Agosto último. Nesta reunião foram abordados os vários assuntos que vêm preocupando os Sargentos das Forças Armadas nos últimos tempos e que fazem parte de um *memorando* que na altura foi entregue.

Nesse *memorando* está referido:

"Um dos obstáculos mais sérios com que nos confrontamos reside precisamente sobre os mais de meia centena de processos disciplinares instaurados a militares por via da actividade associativa e, em muitos casos, por reclamarem precisamente a implementação de mecanismos de diálogo, o cumprimento da Lei e a reparação das dívidas constituídas por via dos vários incumprimentos.

Situação agravada pelo facto de, em todas as situações, os processos disciplinares terem sido instaurados com meios de prova conseguidos por métodos no mínimo estranhos, e que, por esse motivo, foram alvo de uma queixa crime ao DIAP, fundamentada num documento da Força Aérea que prova precisamente que as fotografias fornecidas para os processos foram fornecidas pelo ministério da defesa nacional.

Importa também, como medida de boa vontade no sentido de ultrapassar obstáculos e lançar as pontes para o futuro, mandar arquivar todos os processos disciplinares e reparar as carreiras dos militares que foram punidos por motivos associativos, reabilitando-os."

Outro dos assuntos abordados neste *memorando* prende-se com o incumprimento da legalidade democrática, onde a determinado passo se afirma:

"O incumprimento sistemático e



reiterado de dezenas de diplomas legais, prejudicando a Família Militar numa dívida crescente, já superior a mil milhões de euros, é gerador de desmotivação, de diminuição dos níveis de desempenho e concentração dos militares e do apoio necessário das suas famílias; e, a haver níveis de indisciplina superiores ao verificado em situações normais, resultantes da vivência quotidiana entre seres humanos, dever-se-á ao arrastar desta situação anómala e ilegal e é imputável aos responsáveis pelo arrastar da situação e do acumular de tensões.

"(...)estabelecimento de um calendário político para o início do cumprimento dos diplomas (...)"

Uma medida útil para repor os níveis de confiança, de motivação e sinal inequívoco de boa vontade, será o estabelecimento de um calendário político para o início do cumprimen-

to dos diplomas, detendo-se por esta via o crescimento da dívida para com a Família Militar, e, em clima de diálogo construtivo, se encontrarem as formas de o Governo saldar as dívidas, honrando e dignificando o Estado.

O Estado, como pessoa de bem, não pode ser relapso!"

O *memorando* aborda, ainda, as questões relacionadas com os DL 166/2005 e 167/2007, que alteraram as regras de passagem à reserva e reforma e a assistência na doença aos militares e suas famílias respectivamente, afirmando que "(...) têm um aspecto revelador do carácter discriminador com que nós os militares fomos tratados – como dizem alguns camaradas nossos, 'é como os militares tivessem sido escolhidos para dar o exemplo aos portugueses de aceitação das medidas aplicadas pelo XVII Governo Constitucional', que, inexplicavelmente, sendo alegadamente boas para Portugal, são más para os portugueses."

O *memorando* conclui apresentando uma proposta que traduz uma velha aspiração dos Sargentos de Portugal: "Para terminar este memorando longo, embora não exaustivo, não queremos deixar de reiterar uma nossa antiga aspiração e proposta que vai no sentido da racionalização e economia de meios, da uniformização dos procedimentos, doutrina e linguagem nas Forças Armadas, elementos essenciais para possibilitar elevados níveis de desempenho operacional em missões combinadas e conjuntas.

A constituição de uma **Escola Nacional de Formação de Sargentos das Forças Armadas** é um elemento determinante para se atingirem aqueles objectivos. Seria ainda um sinal muito positivo que os Sargentos de Portugal entendessem e, certamente, fariam gratos." ▲

ARQUIVAMENTO DE PROCESSO

No fecho de redacção desta edição recebemos da ANS o seguinte comunicado:

"O presidente da Direcção da ANS foi hoje, 21 de Dezembro, notificado pelo Comando do Pessoal da Força Aérea, de que o processo que sobre ele impendia relativo a alegadas declarações proferidas em 10 de Março de 2007, na sua intervenção na tomada de posse dos actuais Órgãos Sociais da Associação Nacional de Sargentos, foi arquivado.

Tal como a Direcção da ANS sustentava, o Comando do Pessoal da FAP concluiu que: 'Considerando que, em sentido diverso do que sustenta a oficial averiguante no respectivo relatório final, a prova produzida nos autos não se afigura susceptível de sustentar, de forma absoluta e inequívoca, a incriminação do arguido (...)' determinou o '(...) ARQUIVAMENTO do presente processo disciplinar por falta de prova da culpabilidade do SAJ/MELECA [...] António Manuel Gavino Lima Coelho.'

Recorda-se, porém, que prossegue os trâmites normais outro processo disciplinar, em que são arguidos 10 militares exemplares da FAP, entre os quais o próprio Lima Coelho, já punidos com 5 e 7 dias de detenção, dos quais já cumpriram algumas horas, até o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (TAFS) ter suspenso toda a eficácia daquele acto administrativo, validando uma providência cautelar que foi interposta pelo gabinete jurídico da ANS.

Recorda-se porém que, não obstante aquela decisão suspensiva do TAFS, já está a ser demorado na promoção um destes militares, aguardando decisão do Conselho Superior de Disciplina daquele ramo; o mesmo podendo acontecer já no próximo ano, à revelia do acórdão citado, a outros destes militares, entre eles o presidente da Direcção da ANS.

Face a esta situação, a Direcção da ANS salienta que vale a pena lutar e exorta toda a Família Militar em geral e os Sargentos de Portugal em particular, em manterem-se "firmes e unidos até que a lei se cumpra!". ▲

PEV – Partido Ecologista "Os Verdes" questiona MDN

A Deputada Heloísa Apolónia, do grupo parlamentar "Os Verdes" (PEV), apresentou ao Presidente da Assembleia da República um requerimento de modo a obter do Ministério da Defesa Nacional esclarecimento sobre as seguintes questões:

✎ Pode o Governo explicar-nos a razão de ser da contradição do DL n.º 295/2007 com a Lei Orgânica n.º 3/2001, designadamente no aspecto que ficou acima referido no presente requerimento?

✎ Confirma esse Ministério que forneceu fotografias de militares em actividade associativa ou até fora dela, as quais constituíram meio de prova em processos disciplinares a militares?

✎ Que "vantagem" vê o Governo na restrição aos militares do mecanismo da providência cautelar?

✎ Como se previne ou "compensa" (no caso de facto ocorrido) um militar que cumpriu mais dias de prisão do que aqueles que posteriormente lhe são atribuídos como punição num processo disciplinar?

✎ A que se deve esta verdadeira perseguição ao associativismo militar e como se justifica que a instituição militar ainda viva dias muito "negros" no que concerne à garantia da dignidade e ao respeito

pelas pessoas que a integram?

✎ Qual o critério e a forma que o Ministério pensa utilizar para proceder ao pagamento das dívidas, de mais de um milhão de euros, que tem para com os militares?

No requerimento apresentado, a Deputada do PEV afirma que "os militares das Forças Armadas têm-se confrontado, também, com uma situação que é no mínimo aberrante no que respeita aos seus direitos, liberdades e garantias – a perseguição que lhes é feita através de identificações por imagens e recorrência na instauração de processos disciplinares por motivo de actividade associativa".

Afirma ainda a Deputada Heloísa Apolónia que desde que este Governo tomou posse vão para mais de cinquenta os processos disciplinares instaurados, complementados com fotografias a constituir meios de prova, as quais, segundo prova um documento da Força Aérea, são fornecidas pelo próprio Ministério da Defesa.

Este requerimento, com data de 8 de Outubro, segundo apurou "O Sargento" até à data de encerramento deste número, ainda não tinha merecido qualquer resposta por parte do Ministro Severiano Teixeira. ▲

Jantares de homenagem a Lima Coelho fizeram jus à consigna que a solidariedade não é palavra vã para os militares

Comissões de sargentos dos três ramos decidiram promover dois jantares de homenagem e solidariedade ao presidente da Direcção da ANS, por estar a ser vítima de vários processos disciplinares resultantes do seu empenhamento na defesa dos direitos da Família Militar no seu conjunto e dos interesses socioprofissionais dos Sargentos de Portugal em particular. Um desses jantares realizou-se em Lisboa e outro no Entroncamento.

Fazendo jus à consigna de que a «solidariedade não é uma palavra vã para os militares», quiseram os camaradas SAJ António Raimundo, da Força Aérea, SAJ Rui Salvador, da Marinha, e o SAJ Mário Pereira, do Exército, constituir-se em comissão promotora do jantar de homenagem que decorreu no restaurante do Mercado da Ribeira, em Lisboa, no passado dia 26 de Setembro.

Os promotores, que tinham como objectivo inicial um número de 100 convivas, foram surpreendidos com uma adesão de 252 camaradas de todas as patentes, situações e ramos. Significativa foi a presença de oficiais generais, como o GEN Garcia dos Santos e o CALM Nobre de Carvalho, vários oficiais superiores e muitas dezenas de sargentos dos três ramos, tendo-se alguns deslocado de núcleos distantes, como Aveiro, Évora, Beja, Monte Real, Ota e Entroncamento.

A iniciativa começou atrasada por o homenageado, nesse dia, estar a participar numa reunião do Conselho de Especialidades do seu ramo e especialidade, que se atrasou, precisamente por estarem a ser discutidos casos de militares cuja pena e todo o processo administrativo ter sido suspenso por decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra. (ver notícia noutro artigo deste número de O Sargento).

O homenageado, ao chegar ao restaurante, foi acolhido com todos os presentes de pé, num sentido, emocionado e emocionante aplauso, após o que se iniciou a refeição.

A apresentação dos membros da Comissão, dos objectivos da iniciativa, bem como a intervenção de política associativa da Direcção da ANS, ficou a cargo do vice-presidente José Pereira.

Antes de iniciar a leitura da sua intervenção, o vice-presidente chamou a atenção para a presença do camarada SAJ Paulo Freire, da Marinha, que tinha concluído a pena de cinco dias de detenção, cumpridos na ETNA Vila Franca de Xira, a quem agradeceu o seu contributo e coragem, tendo sido interrompido por um forte aplauso com que os presentes homenagearam aquele Sargento.

Na sua intervenção denunciou as várias vertentes do ataque desferido por este Governo sobre a Família Militar, em particular nas carreiras, nos vencimentos, no cálculo das pensões de reforma e na assistência na doença aos militares e suas famílias. Evocou o exemplo de coragem, dedicação e perseverança do homenageado, tendo a assembleia irrompido num sentido e prolongado aplauso.

De seguida interveio o homenageado



que leu, com o sentimento e emoção que o caracterizam, trechos do RDM, do EMFAR e o Juramento que todos nós fizemos perante a Bandeira Nacional, rematando que quem jura cumprir e fazer cumprir a Constituição e a Lei, não pode deixar de resistir e lutar em defesa da sua Condição Militar. É um imperativo constitucional e de cidadania a que todos os militares estão obrigados.

No meio de novo prolongado aplauso, despediu-se com um abraço sentido de todos, na pessoa do General Garcia dos Santos.

Entroncamento

No mesmo sentido e com o mesmo objectivo, também os camaradas da área do Entroncamento organizaram um jantar, que decorreu num restaurante na fre-

guesia de Cardal. O objectivo em termos de presenças inicial era 50 pessoas. Acabou por ter de se mudar de sala para acolher os cerca de 100 camaradas que quiseram solidarizar-se e comparecer.

Este jantar foi organizado por uma comissão composta pelos SMOR Ciro Martins, SAJ Vasco Alves, SAJ Pinto Silva e SAJ Mário Pereira, aos quais a Direcção agradeceu a iniciativa e o consequente estímulo que ela constituiu.

Também esta iniciativa contou com a presença de oficiais, sargentos e praças dos três ramos, embora, como é natural, com preponderância do Exército. Deslocaram-se camaradas das várias unidades daquela área de forte implantação militar, com destaque para os vieram de Monte Real, Leiria, Abrantes e Tomar. É de realçar o facto de o presidente da Junta de Freguesia anfitriã se ter associado à

homenagem, conferindo-lhe um âmbito e um significado que ultrapassa a Família Militar.

No final do jantar intervieram os membros da comissão, explicitando as razões que os motivaram e realçando as qualidades exemplares do homenageado, concluindo com a entrega de presentes que Lima Coelho quis colocar no salão nobre da sede da ANS. De entre os presentes destaca-se pelo significado uma placa com uma legenda gravada e um quadro pintado pelo nosso camarada e artista SAJ Fraústo.

Por fim, num improviso, o presidente da Direcção da ANS agradeceu a iniciativa e a presença de todos. Prosseguiu fazendo um balanço destes dois anos de luta, dos processos disciplinares e das razões que motivaram todos os processados a corresponderem às chamadas de mobilização da Direcção da ANS, salientando a responsabilidade daqueles que, ao longo de trinta anos de sucessivos Governos, têm depauperado os escassos direitos inerentes à Condição Militar, ao facto invulgar de não cumprirem dezenas de diplomas legais, lesando a Família Militar com uma dívida crescente, que já ultrapassa largamente os mil milhões de euros.

Prosseguiu apelando à unidade de toda a Família Militar e à mobilização para as lutas que teremos de continuar a travar, recordando os exemplos dos nossos antepassados que fizeram o 31 de Janeiro de 1891, todos os que lutaram e foram castigados para que hoje o associativismo militar socioprofissional seja uma realidade.

Terminou recordando que o único órgão de informação presente era O Sargento, não obstante terem sido informado todos os órgãos nacionais, regionais e locais: «Curiosa liberdade de imprensa...».

Fortes abraços e uma prolongada ovação encerraram mais esta jornada de solidariedade. ▲

Memorando entregue ao MDN

ANS promete defender militares

Realizou-se, no passado dia 14 de Agosto, a primeira audiência concedida pelo senhor Ministro da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira, após o terceiro pedido de audiência para apresentação de cumprimentos e apresentação de documentação onde se expõem alguns dos graves problemas que afectam os Sargentos de Portugal e suas famílias. Na audiência participaram o senhor ministro da Defesa Nacional e o seu chefe de Gabinete, MGEN Rodrigues Viana, e, por parte da ANS o seu presidente, vice-presidentes e tesoureiro da Direcção, respectivamente: António Lima Coelho, David’ Pereira, Domingos da Eugénia e José Gonçalves.

O Memorando entregue nessa reunião ao senhor Ministro foi posteriormente objecto de análise numa outra audiência solicitada ao senhor ministro, o qual incumbiu o senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, João Mira Gomes, de a concretizar em 19 de Novembro de 2007.

Desejável clima de confiança e frontalidade

Naquele documento a ANS reafirmou a sua disposição de continuar a pugnar pelos interesses socioprofissionais dos Sargentos de Portugal e suas famílias, das Forças Armadas e da Defesa Nacional e de Portugal. Nesse sentido sustenta que «...também nós consideramos que a confiança mútua é um elemento essencial para que os processos se solucionem no interesse nacional. É nosso entendimento que a confiança é um elemento que não nasce espontaneamente, nem sequer é fruto do simples desejo dos homens; antes, a confiança é um processo que se constrói numa relação quotidiana e, normalmente, se reforça enfrentando com realismo e lealdade as dificuldades, ultrapassando-as conjuntamente.»

Defendendo que «os maiores obstáculos devem ser clara e frontalmente colocados para que a sua "sombra" não venha escurecer e dificultar os encontros necessários», o primeiro ponto abordado é precisamente o mais difícil: A questão os processos disciplinares e os métodos de obtenção de provas utilizados.

«Um dos obstáculos mais sérios com que nos confrontamos reside precisa-

mente sobre os mais de meia centena de processos disciplinares instaurados a militares por via da actividade associativa, e, em muitos casos, por reclamarem precisamente a implementação de mecanismos de diálogo, o cumprimento da Lei e a reparação das dívidas constituídas por via dos vários incumprimentos», descreve a ANS, acentuando que esta situação foi agravada pelo facto de, «em todas as situações, os processos disciplinares terem sido instaurados com meios de prova conseguidos por métodos no mínimo estranhos, e que, por esse motivo, foram alvo de uma queixa-crime no DIAP, fundamentada num documento da Força Aérea que prova precisamente que as fotografias utilizadas nos processos foram fornecidas pelo Ministério da Defesa Nacional».

Neste sentido, «como medida de boa vontade no sentido de ultrapassar os obstáculos e lançar pontes para o futuro», a ANS exige que o Ministério «mande arquivar todos os processos disciplinares e reparar as carreiras dos militares que foram punidos por motivos associativos, reabilitando-os».

Outra situação que incomoda os militares é o facto de existirem indícios «muito fortes de que os nossos telemóveis estarem sob escuta há cerca de dois anos, bem como os nossos correio electrónico e sistema informático». «Sendo nós militares, pessoas de bem e cidadãos exemplares como o próprio Estatuto exige, tal situação não é compreensível nem se justifica», acrescenta a ANS.

Diálogo construtivo

Sobre o incumprimento das leis e a reparação das dívidas constituídas, a ANS lamentou que só agora «nos foi dada a oportunidade de apresentar uma cópia do Relatório do Incumprimento da Legalidade Democrática, elaborado por uma comissão constituída por elementos das quatro associações profissionais de militares e presidida pelo Tenente General Eduardo Silvestre dos Santos». Esse relatório, que a associação remeteu ao cuidado do chefe de Gabinete, demonstra que dezenas de diplomas legais não estão a ser cumpridos.

«Ora uma parte considerável do descontentamento que se vive nas nossas fileiras fica a dever-se precisamente a

esses incumprimentos e aos prejuízos de várias ordens e tipos daí resultantes», refere a ANS, lembrando que a dívida à «Família Militar» é superior a mil milhões de euros, o que é «gerador de desmotivação, de diminuição dos níveis de desempenho e concentração dos militares e do apoio necessário das suas famílias».

Como solução, a ANS, tal como já o tinha feito ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe o estabelecimento de um «calendário político para o início do cumprimento dos diplomas, detendo-se por essa via o crescimento da dívida para com a Família Militar, e, em clima de diálogo construtivo, se encontrem as formas de o Governo saldar as dívidas, honrando e dignificando o Estado».

Relativamente à assistência em doença e a Segurança Social, a associação sublinhou que o «compromisso incumprido do ministro [da Defesa Nacional] de que aos militares nunca seria exigido um esforço superior de um por cento do seu vencimento como contributo para a assistência na doença aos militares e suas famílias, não é gerador de confiança».

Sobre o ADM (sistema de saúde dos militares), infelizmente comprova-se que «ainda não tem sequer capacidade para gerir o processo de distribuição de cartões aos beneficiários e seus familiares, nem de processar as comparticipações do ano corrente».

Governo desmotiva militares

No que diz respeito às alterações ao estatuto da aposentação e as suas consequências sobre as Forças Armadas, a ANS lembra que, desde Dezembro de 2005, o estatuto da aposentação «já sofreu várias alterações directas e indirectas», o que dificulta a sua compreensão. Mais grave, ainda, é o clima de instabilidade e ausência de garantia, originando retracção das famílias nos seus investimentos.

Depois de estudar o caso a ANS informa que há militares em sete regimes de Segurança Social diferentes, podendo coexistir num mesmo Teatro de Operações «afectando claramente a coesão necessário, a motivação e mesmo a disciplina, tal como o Governo a considera».

ANS salienta, ilustrando:

● Dois militares que ingressam na mesma data nas Forças Armadas, um

com 17 anos de idade e outro com 21, este último passará à reserva e à reforma quatro anos mais cedo, penalizando o que se alistou mais jovem;

● O que entrou com 17 anos descontará mais quatro anos que o segundo e efectuará mais três anos de descontos do que os 40 exigidos para obtenção da pensão máxima;

● Os aumentos de contagem de tempo de serviço (25 por cento e ou 40 por cento, conforme os casos), são inúteis, penalizando particularmente os militares que já pagaram esses aumentos.

Assistência na Doença aos Militares (ADM)

A delegação da ANS teve ainda tempo para colocar a sua preocupação pelo facto de as Portarias relativas à ADM contrariarem as propostas pelo respectivo GT-ADM, anulando a possibilidade de os cônjuges continuarem a ter direito à ADM como beneficiários familiares.

O senhor Secretário de Estado afirmou que esse direito estava salvaguardado através do protocolo subscrito entre o IASFA e o IGIF (instituto de gestão informática e financeira) do Ministério da Saúde, e que não seria revogado pela parte do MDN. Porém, desconhecemos as intenções do outro parceiro do protocolo.

Relatórios dos II e III Grupos de Trabalho das Carreiras

Solicitado mais uma vez cópias daqueles relatórios, a Delegação da ANS teve a oportunidade de receber da parte do representante do Governo a informação que ainda estava a estudar o último, após o que daria cópias às associações – o que ainda não aconteceu, não obstante os jornalistas, aquando daquela audiência, já possuírem exemplares.

Por fim o senhor Secretário de Estado afirmou a sua intenção de tornar estas reuniões regulares, iniciando-se assim um novo ciclo de relacionamento. Ouviu o reiterar da disponibilidade e desejo de que essa regularidade seja implementada num clima de diálogo sério e construtivo, onde os problemas possam efectivamente ser resolvidos. ▲

Victor Lira

Faleceu, no passado dia 6 de Dezembro, em Lisboa, o Sargento da Força Aérea Victor Manuel Fernandes Ribas Lira.

Incorporado em 1956, frequentou o curso de Mecânicos de Material Aéreo em Sintra.

Ao longo da sua carreira adquiriu qualificações em diversos tipos de aeronaves que lhe permitiram desempenhar as funções inerentes à sua especialidade nas unidades em que esteve colocado, AT1, BA6 e BA10, sempre de modo proficiente como atestam os diversos louvores registados na sua folha de matrícula.

Em 1980 passou á situação de reserva por incapacidade (razão de serviço) e em 1991 à reforma extraordinária.

Com a implementação da democracia no nosso país o Victor Lira tornou-se um paradigma do espírito associativo. Ele deu-nos lições práticas do que deve ser a actividade associativa tanto no que

respeita ao relacionamento entre as pessoas como na própria organização dos projectos estabelecidos.

Mesmo nas actividades mais simples applicava-se com denodo. Transpirando jovialidade influenciava positivamente os seus companheiros na procura das melhores soluções para a realização dos objectivos das comissões de sargentos em que esteve integrado e que pugnavam pelas aspirações da classe, tais como os estatutos, carreiras, clubes, messes, órgãos representativos e Lei da amnistia.

Foi um dos principais obreiros do Clube de Sargentos da Força Aérea, oficializado em Julho de 1986, e ainda da Associação Nacional de Sargentos, criada em Abril de 1989 durante o 1.º Encontro Nacional de Sargentos, em Sacavém.

Como membro da Comissão Organizadora das Comemorações de 25 Abril de 1981, já na situação de reserva, foi punido com cinco (5) dias de prisão, que cumpriu integralmente na Base do Lumiar, com base no conteúdo da sua in-

tervenção.

Diz o oficial instrutor na nota de culpa: *"No passado dia 26 de Abril, em discurso proferido num almoço de confraternização, na Cova da Piedade, o arguido fez afirmações que não respeitam os princípios básicos da ética e decoro militar, transcrevendo-se significativamente as mais significativas:*

1 - No topo da hierarquia, nos centros de decisão, nas formas e métodos de direcção e gestão estão ainda presentes muitos homens e síndromes do passado.

2 – Há muito autoritarismo, muito servilismo, muito carreirismo e muito desrespeito pela Constituição da República.

3 – É necessário, ainda, pôr fim às medidas repressivas e anti-sargento e moralizar toda a vida militar."

Do carácter do Vítor Lira fala a sua declaração perante o oficial averiguante:

"Acerca do significado de algumas afirmações publicadas em extractos na imprensa e constantes da nota de culpa, confirmo, plenamente, o teor das mesmas, no contexto do discurso"

Morreu o Homem mas o seu exemplo

fica como luz orientadora para os mais novos.

Descansa em Paz, Vítor.

À laia de despedida

Vou sentir falta da tua amizade. Dos momentos de convívio, Da tua permanente boa disposição, Das tuas graçolas brejeiras. E a evocação das aventuras que passámos juntos? E as dificuldades que vencemos lado a lado? Vou falar disso com quem, Victor? Lembras-te quando foste preso por causa do discurso? O que tem de ser tem muita força – dizias. E rias-te por trás das grades. E agora? O que pensas dessa Força que nos privou da tua companhia?

António Mata
SMOR (Ref) ▲

Encontro pela Justiça e pela Lei reuniu no Rossio um milhar de participantes

Promovido pela COMIL – Comissão de Militares – decorreu, no passado dia 22 de Novembro, em Lisboa, o "Encontro pela Justiça e pela Lei".

A iniciativa, que segundo os seus promotores foi um êxito, reuniu no Rossio perto de um milhar de participantes, apesar das pressões e intimidações que os militares na efectividade de serviço foram alvo, pelas chefias militares, através dos seus chefes directos. Os motivos que levaram a este protesto prendem-se com três razões fundamentais:

- A primeira com o incumprimento de mais de quarenta normas legislativas, a maioria das quais pelo actual e anteriores Governos, que gera uma dívida crescente, que há muito ultrapassa os mil milhões de euros, à Família Militar;

- A segunda, devido aos cortes de verbas contidos no Orçamento do Estado para 2008 nas áreas da saúde e dos vencimentos do pessoal na situação de reserva, cortes que ultrapassam os quarenta milhões de euros;

- A terceira, devido à portaria do MDN recentemente publicada, que retira o direito aos cônjuges dos titulares da ADM a serem beneficiários extraordinários ou familiares do sub-sistema de apoio na doença aos militares.

Em nome da COMIL, o Comandante Fernandes Torres agradeceu a presença dos militares no evento, criticou as pres-



sões e intimidações exercidas sobre os militares na efectividade de serviço, referiu a coragem destes militares por, apesar destas pressões, estarem presentes em número significativo.

Fernandes Torres afirmou também que

a iniciativa, só por si, era já um êxito porque ao ser anunciada provocou um despacho conjunto anunciando que o despacho elaborado pelo Ministério das Finanças em 2006, referente às pensões de reforma, iria agora ser aplicado.

A terminar, Fernandes Torres exortou os militares, independentemente da sua situação ou condição a manterem-se unidos e vigilantes na Defesa da Condição Militar e dos direitos dos militares e suas famílias. ▲

A ANS expôs situação da Família Militar na Comissão de Defesa Nacional

A Comissão de Defesa Nacional recebeu, em 13 de Novembro último, a ANS em audiência, tendo na oportunidade o presidente da Direcção afirmado aos deputados:

"Solicitámos esta audiência num momento em que ainda só se falava no Regime Jurídico dos Dirigentes Associativos e de alterações no acesso dos militares aos Tribunais Administrativos e Fiscais por motivos disciplinares – documentos que, entretanto, foram aprovados, promulgados e publicados, cerceando aos militares direitos constitucionais.

Apesar disso não queremos perder a oportunidade de transmitir os nossos pontos de vista acerca destas matérias e da sua implicação na actividade associativa e na Condição Militar.

No passado dia 11 de Novembro, participámos com várias entidades, entre as quais o Senhor Presidente desta Comissão, Dr. Miranda Calha, numa homenagem digna, aos militares tombados ao serviço de Portugal na I Guerra Mundial. Nesse monumento, como nas centenas de monumentos que existem por todo o País, de homenagem aos militares que fizeram jus ao Juramento de servir a Pátria e o Povo Português mesmo com sacrifício da própria vida, o Povo manifesta a sua gratidão para quem o serve e dignifica.

Símbolo maior e mais recente, no monumento junto ao forte do Bom Sucesso em Belém, estão inscritos os nomes dos milhares de cidadãos em uniforme que deram a vida na Guerra Colonial, servindo Portugal em África, aos quais, poste-

riormente, foram adicionados os nomes daqueles que caíram em teatros de Guerra estrangeiros, honrando o nome do País à luz dos acordos e compromissos internacionais.

Esta é a parte da Condição Militar que nos é exigida, e que nós cumprimos com orgulho e dignidade: são os deveres. Nunca os negámos, nem deixámos de cumprir! Falta a parte que cabe ao Estado cumprir para honrar a sua parte no nosso Juramento de Bandeira: os Direitos devidos à Família Militar não podem ser saldados só com uma coroa de flores em cerimónia anual!

De acordo com a Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, onde esses onerosos deveres estão consignados, também existe uma alínea, onde o Estado assume as escassas contrapartidas concedidas à Família Militar, militares e seus familiares directos, para garantir a este universo: Alínea i) "Pela consagração de especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação".

Ora são precisamente estes especiais direitos, compensações e regalias que as medidas deste Governo têm vindo a colocar em causa, provocando as acções de protesto dos militares e suas famílias. E foram estes protestos que levaram o Governo a regulamentar a actividade dos dirigentes associativos, limitando-a e estrangulando-a até praticamente à ineficácia.

Este estrangulamento desnecessário e lesivo do associativismo socioprofissional dos militares, ao reduzi-lo a um mero

enfeite, simulacro da prática associativa, representa uma nova discriminação negativa aos militares, e abre a porta ao surgimento de formas de protesto informais, quicá clandestinas e extemporâneas, onde as possibilidades de diálogo construtivo ficam anuladas. Exemplos recentes em unidades da Força Aérea demonstram essa realidade".

Na sua intervenção Lima Coelho salientou as causas principais para os protestos dos militares:

"A nosso ver, a principal causa dos protestos da Família Militar e consequentes processos disciplinares, deve-se ao incumprimento sistemático e reiterado de dezenas de diplomas legais, prejudicando a Família Militar numa dívida crescente, já superior a mil milhões de euros - este facto é gerador de desmotivação, de diminuição dos níveis de desempenho e concentração dos militares e do apoio necessário das suas famílias - e, a haver níveis de indisciplina superiores ao verificado em situações normais, resultantes da vivência quotidiana entre seres humanos, dever-se-á ao arrastar desta situação anómala e ilegal e é imputável aos responsáveis pelo arrastar da situação e do acumular de tensões e não à ausência de Estatuto do Dirigente Associativo.

Convictos desta situação e vítimas da consequente repressão, não desistiremos de pugnar para que se anulem todos os processos disciplinares e reparar as carreiras dos militares que foram punidos por motivos associativos, reabilitando-os.

Assim como, relativamente ao Incumprimento reiterado por sucessivos Go-

vernros da Legalidade Democrática, convictos de que o Estado, como pessoa de bem, não pode ser relapso, tudo faremos para que seja estabelecido um calendário político para o início do cumprimento dos diplomas, detendo-se por esta via o crescimento da dívida para com a família Militar, e, em clima de diálogo construtivo, se encontrarem as formas de o Governo saldar as dívidas, honrando e dignificando o Estado.

E se as nossas preocupações não fossem já de monta, como temos vindo a dar conhecimento a todos os Órgãos de Soberania, as Portarias sobre a ADM, recentemente publicadas, vieram avolumá-las. Contrariando as conclusões e as propostas de diplomas acordadas consensualmente, entre representantes associativos, dos ramos, do ministério e do IASFA, no extinto Grupo de Trabalho da Assistência na Doença aos Militares, os diplomas publicados vêm negar formalmente o direito à Assistência na Doença à maioria dos cônjuges, ficando estes dependentes de um protocolo a renovar anualmente entre o IASFA e o IGIF, ou seja, é uma morte anunciada a curto prazo, eliminando um direito consagrado à Família Militar desde 1972".

A terminar Lima Coelho afirmou: "Se não tivéssemos a coragem, a abnegação e a consciência do espírito de servir Portugal, que é nosso apanágio, que consideração mereceríamos de Vossas Excelências e do Povo Português?

Podem os Senhores contar com os Sargentos de Portugal, assim possamos nós contar com aqueles que democraticamente elegemos!" ▲

Estatuto do Dirigente Associativo chamado à Assembleia da República

Por iniciativa dos Grupos Parlamentares do PCP e do CDS/PP, o DL n.º 295/2007, de 22 de Agosto, que define o Estatuto dos dirigentes associativos das associações profissionais de militares das Forças Armadas, foi chamado para apreciação parlamentar, a qual decorreu no passado dia 7 de Dezembro.

No requerimento do Grupo Parlamentar do PCP é sustentada a apreciação do Estatuto do dirigente associativo nos seguintes termos:

"(...) Usa o Governo a faculdade legal para aprovar o estatuto dos dirigentes de associações de militares, para legislar em matéria de direitos liberdades e garantias, sem prévia autorização parlamentar, ofendendo assim a reserva relativa de competência legislativa que a Constituição confere à Assembleia da República pela alínea b) do n.º 1 do artigo 165.º. Estaremos perante uma inconstitucionalidade orgânica a sindicar.

"Indo mais longe ainda, opera o Governo, por simples decreto-lei, uma efectiva restrição ao exercício dos direitos das associações, violando materialmente quer a Constituição quer a própria Lei Orgânica – de valor reforçado – que os estabeleceu."

O Grupo Parlamentar comunista acrescenta, ainda: "O decreto-lei, cuja apreciação é requerida, excede ainda o âmbito do estatuto dos dirigentes que lhe incumbe criar, porquanto faz depender o exercício de *"qualquer actividade associativa no interior das unidades"* de uma autorização prévia (alínea c) do artigo 5.º) sem que correspondentemente a necessidade dessa autorização esteja prevista na Lei Orgânica. Por isso mesmo, a própria divulgação das "suas iniciativas, actividades e edições nas unidades e estabelecimentos militares" (alínea f) do artigo 2.º da Lei Orgânica) não carece de autorização mas



tão só da escolha de um local apropriado.

"Cria ainda o decreto-lei um registo obrigatório das associações de militares (artigo 9.º), um regime especial injustificado, que colide com o disposto na Lei Orgânica ao estabelecer que a constituição, gestão, funcionamento e extinção das associações "são reguladas pela lei geral, nomeadamente pelo Código Civil". O decreto-lei contraria – não podendo fazê-lo – a lei geral aplicável às associações e a lei geral das associações profissionais de militares.

"A maioria parlamentar que em 2001 quis um associativismo militar aberto, livre e responsável, logo democrático, vê-se agora confrontada com uma maio-

ria governamental que, já não podendo recuar no tempo, tolera o associativismo, mas pouco, e prefere-o confinado e diminuído."

Por sua vez o Grupo Parlamentar do CDS/PP, no seu requerimento afirma: "O CDS-PP reafirma o seu respeito e admiração pela condição militar e pela especificidade do seu estatuto e volta a sublinhar que as Forças Armadas e os seus membros são credores do respeito e da consideração institucionais devidos à singularidade e à relevância das missões nacionais que lhes estão confiadas e que desempenham.

"Sem que tal represente qualquer concessão ou deriva para um 'sindicalismo

militar', altamente pernicioso quer para a estabilidade e normalidade democráticas, quer para o correcto entendimento pela opinião pública da especificidade da condição militar e dos respectivos deveres e direitos estatutários, não pode o CDS-PP deixar de repudiar a forma como o Governo veio regulamentar o estatuto dos militares enquanto membros de órgãos directivos das associações profissionais. Esta regulamentação é restritiva, burocrática, e cria dificuldades ao exercício dos direitos consagrados na lei, em vez de se limitar a regulamentar esse mesmo exercício."

No mesmo requerimento o Grupo Parlamentar centrista declara: "O CDS-PP já em tempos teve a oportunidade de referir, num debate parlamentar, que bem faria o Governo se preocupasse em clarificar os limites do poder disciplinar, assim como os direitos das associações e dos dirigentes associativos. Foi por altura de umas célebres declarações do Senhor Ministro da Defesa Nacional que iam no sentido de que o Governo estaria a ponderar alterar o Regulamento de Disciplina Militar de forma a evitar que os tribunais civis interferissem em matéria de disciplina militar.

"Quanto à competência dos tribunais civis, o descaso das declarações foi relativamente corrigido através da Lei n.º 34/2007, de 13 de Agosto. Já no que concerne aos direitos dos dirigentes das associações profissionais de militares, não era certamente isto que o País e as Forças Armadas esperavam. Cabe à Assembleia da República, assim sendo, corrigir o que está mal neste diploma do Governo."

Em sede de apreciação parlamentar as propostas apresentadas pelo PCP e pelo CDS/PP baixaram à Comissão de Defesa Nacional onde serão apreciadas e discutidas. ▲

Equidade interna... onde?

Ao longo deste ano, recorrendo aos dados oficiais disponibilizados na página oficial do Exército, tem vindo a elaborar e a publicar a Comissão Permanente de Ramo daquele ramo (CPR EX) estudos comparativos das percentagens de promoções ocorridas naquele ramo desde 2005, revelando factualmente aquilo que todos pressentíamos.

do Exército também precisa de espinha dorsal e a categoria dos sargentos veja reposta a equidade interna.

Do estudo elaborado pela CPR EX, que brevemente publicaremos na forma de opúsculo, outros quadros são elucidativos. Por exemplo a disparidade de promoções nos topos das carreiras respectivas, tendo sido promovidos mais

Quadro 1

Promoções	Oficiais	Sargentos	Total
2005	709	706	1415
2006	415	394	809
2007	502	301	803
Total	1626	1401	3027

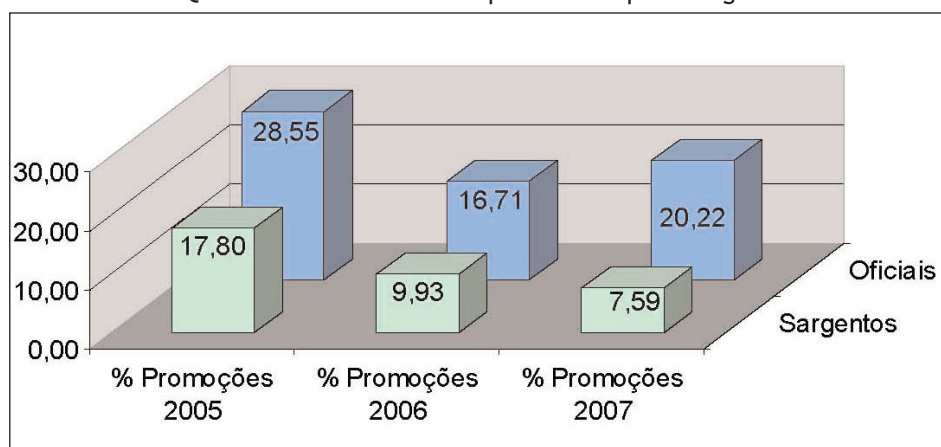
Podemos constatar nos quadros 1 e 2 que desde 2005 a categoria de Oficial tem vindo a beneficiar, tanto em percentagem como em número absoluto, de promoções muito superior à de Sargento.

Os números oficiais recolhidos até meados de Dezembro de 2007 falam por si. Fala-se na caserna que estão a preparar mais um pacote de promoções de oficiais para o início do ano, talvez pelos Reis, os magos, se lembrem que o corpo

COR, TCOR e MAJ do que SMOR, SCH e SAJ, já não considerando as promoções de oficial general por se poderem considerar como carreira política. Vejamos o quadro ao lado.

Palavras e conclusões, cada um aplique as suas, por nós agradecemos à CPR EX o meritório trabalho! ▲

Quadro 2 – % de efectivos promovidos por categoria



	GEN	TGEN	MGEN	BGEN	COR	TCOR	MAJ	CAP	TEN	ALF	Total
2005	0	2	16	0	103	154	192	87	79	76	709
2006	1	2	8	0	35	76	70	91	77	55	415
2007	0	3	6	0	49	108	123	83	78	52	502
Total	1	7	30	0	187	338	385	261	234	183	1626
	SMOR	SCH	SAJ	1SAR	2SAR	Total					
2005	92	159	303	76	76	706					
2006	63	71	92	83	85	394					
2007	19	30	50	81	121	301					

A FLEXISEGURANÇA: O que é e quais as consequências para os trabalhadores

A Comissão Europeia enviou aos Estados membros, em Novembro de 2006, um opúsculo com 17 páginas, a que chamou "*Livro Verde*", que é um verdadeiro manual ideológico que visa ajudar (com "*argumentos*") os governos e as entidades patronais a introduzir, nos respectivos países, a "*flexisegurança*", que é a liberalização dos despedimentos sem justa causa através do alargamento da definição de justa causa pois o Artigo 53.º da Constituição proíbe os despedimentos sem justa causa, em Portugal.

A palavra "*flexisegurança*", tal como sucede com o "*factor de sustentabilidade*" é, segundo as ciências da comunicação, uma palavra armadilha pois é uma palavra que procura ocultar o verdadeiro objectivo que, no primeiro caso, é a liberalização dos despedimentos individuais e, no segundo caso, foi a redução das pensões. São também denominadas pelas ciências da comunicação "*palavras-virtude*" porque procuram associar, de uma forma enganosa, as palavras positivas "*segurança*" e "*sustentabilidade*" àqueles objectivos (liberalização dos despedimentos e redução das pensões), que nada têm a ver com elas.

Logo no início do chamado "*Livro Verde*", com o objectivo de fragilizar a resistência dos trabalhadores à "*flexisegurança*", a Comissão Europeia divide os trabalhadores em dois grandes grupos: (1) os "*insiders*", ou seja, os que têm contratos permanentes e que têm direitos; (2) os "*outsiders*", ou seja, aqueles que não têm contrato permanente e que, por isso, não possuem direitos. Desta forma, procura atirar uns contra os outros para fragilizar a sua luta e resistência.

Portanto, uma tática muito semelhante à utilizada pelo Governo Sócrates que também dividiu os trabalhadores entre "*privilegiados*" (que seriam os da Administração Pública) e "*não privilegiados*" (os do sector privado) com objectivo de fragilizar também a luta dos trabalhadores portugueses para, em primeiro lugar, atacar o sistema de aposentação dos trabalhadores da Administração Pública e, depois, atacar o regime geral da Segurança Social dos trabalhadores



do sector privado reduzindo as pensões de reforma a uns e outros.

No mesmo "*Livro Verde*", a Comissão Europeia defende também a precariedade que se verifica actualmente nas relações de trabalho afirmando que ela se tornou necessária e inevitável devido, entre outros motivos, ao facto do contrato de trabalho permanente ser uma coisa do passado que já não corresponde às necessidades do desenvolvimento económico moderno. Chega até ao cúmulo de afirmar que as diferentes formas de contratos precários existentes – contratos a prazo, "recibos verdes", contratos temporários, etc. – é uma situação benéfica para os trabalhadores pois fornece a estes múltiplas opções de escolha. Desta forma procura "*naturalizar*", ou seja, tornar a precariedade uma coisa "*natural*" e "*normal*" que é também uma forma de manipulação como ensinam as ciências da comunicação.

A introdução da chamada flexisegurança em Portugal representaria, na prática, a liberalização dos despedimentos tanto individuais como colectivos, através do alargamento do que é considerado como justa causa para o despedimento (exemplo: a última proposta do Governo para a Administração Pública que considera como motivo para processo disciplinar e, consequentemente, despedimento, duas avaliações negativas

atribuídas pela entidade patronal ao trabalhador); a liberalização dos despedimentos por meio da redução significativa das indemnizações a pagar pela entidade patronal pois, segundo a Comissão Europeia, os actuais valores das indemnizações (um mês por cada ano de serviço) são excessivos constituindo um obstáculo a que as empresas façam despedimentos; e também através da protecção dos desempregados que, no caso português, tenderia a reduzir-se ainda mais devido à actual situação política de obsessão do défice e de redução da despesa pública.

É esta situação ganha ainda uma maior gravidade em Portugal, já que a precariedade e a flexibilidade já são muito elevadas, pois a população com trabalho ou emprego precário e os desempregados já representam 41,8% da população empregada, e os trabalhadores por conta de outrem com contrato permanente, que são os principais alvos da flexisegurança pois esta pretende acabar com os contratos sem termo, ainda representam 59,8% da população empregada, ou seja 3.069.000 portugueses. A introdução da flexisegurança em Portugal, em que 71% da população empregada tem apenas o ensino básico ou menos e em que a criação de emprego é diminuta devido às baixas taxas de crescimento económico, determinaria que o desem-

prego disparasse, portanto mais exclusão social e mais miséria, pois a protecção aos desempregados é reduzida em Portugal (segundo o Ministério do Trabalho apenas 40% dos desempregados é que recebem subsídio de desemprego) e não é de prever que aumente com a política de obsessão do défice. ▲

Estados Unidos: No último ano e meio, mataram-se 143 soldados

Suicídios de militares aumentam

Especialistas em saúde mental são enviados para unidades de combate

Antes das unidades da Guarda Nacional do Kansas serem enviadas para o Iraque ou Afeganistão, os militares são aconselhados sobre os problemas que vão enfrentar. O mesmo acontece quando regressam da comissão, em que são acompanhados por "*conselheiros de reintegração*".

Além disso, no Kansas há um serviço permanente de aconselhamento anónimo por telefone, com especialistas prontos a atender casos específicos, de depressão a tóxico-dependência.

Diz Marcia Epstein, directora do centro de acolhimento do Kansas: "*Recebemos telefonemas de pessoas que estão nas forças armadas com problemas de depressão e suicídio*". Acrescenta que um dos factores tidos em conta é o acesso fácil que essas pessoas têm a armas. "*Falamos disso directamente na esperança de que tenham por perto qualquer pessoa que ponha as armas em lugar seguro durante algum tempo*", afirma.

Mas o Kansas é um caso à parte.

No resto dos Estados Unidos não existe um acompanhamento tão presente e a verdade é que o número de suicídios entre os militares americanos está a aumentar assustadoramente. Referem as estatísticas que se registaram 10,8 suicídios por cada cem mil soldados em 2004, 12,8 em 2005, 17,3 em 2006. No ano passado mataram-se 99 militares, este ano o número de suicídios já vai em 44.

O Pentágono, que revelou estes números, já iniciou uma contra-ofensiva, aumentando o número de especialistas em saúde mental nas unidades enviadas para combate. Mas os soldados confiam pouco nos capelães, que tradicionalmente são encarregados da missão de conselheiros, e há um estigma que contraria a admissão da necessidade de aconselhamento. E o pessoal especializado continua a ser pouco.

Isso mesmo reconheceu o general George Casey Jr, chefe do estado-maior: "*Os soldados, as famílias e os sistemas de apoio estão sobreutilizados e cansados pelos pedidos de comissões constantes e tempo de recuperação insuficiente. Os sistemas de apoio do exército – cuidados de saúde, sistemas de educação e apoio às famílias – foram desenhados para um exército pré-11 de Setembro e precisam de ser expandidos para apoiar um exército em guerra*".

Susan Ávila-Smith, directora da Women Organizing War, organização de apoio às mulheres nas forças armadas, diz: "*Os comandos não educam sobre o suicídio. Varrem as estatísticas para debaixo do tapete...*" Acrescenta que o stress do campo de batalha e a desilusão com os métodos militares contribuem para a decisão do suicídio, que pode ser a "*resposta às pressões extremas que os soldados enfrentam*".

(In Diário de Notícias, de 18 de Agosto de 2007)▲

"África: Desafios do desenvolvimento, do progresso social e da soberania"



A ANS foi uma das associações de militares que o PCP convidou para estar presente no seminário "África – Desafios do desenvolvimento, do progresso social e da soberania",

realizado no passado dia 1 de Dezembro, no Hotel Roma, em Lisboa.

Participaram no seminário, para além do PCP – Partido Comunista Português, representantes do Movimento Popular para a Libertação de Angola, do Partido Comunista Sul Africano, do Partido Argelino para a Democracia e o Socialismo, do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde, da Frente de Libertação de Moçambique e da Frente Polisário – Saara Ocidental, que lembraram o passado, o sofrimento e as imagens de hoje contraditórias, e também a vontade firme de que o futuro que se deseja não será o retorno, mas sim o inverter da situação das relações económico-sociais e políticas.

De realçar a lembrança de que foi no continente africano que germinou o MFA – Movimento das Forças Armadas que, em 25 de Abril de 1974, libertou o Povo Português e os povos dos países africanos de língua portuguesa.

Dos convidados para o Seminário in-

tervieram o representante da CGTP, o biólogo Luís Vicente, os médicos Mário Pádua e Carlos Silva Santos, o economista Ricardo Oliveira, a representante do MDM – Movimento Democrático de Mulheres e Victor Silva, do CPPC – Conselho Português para a Paz e Cooperação, entre outros.

A mesa do seminário convidou o Sargento Lima Coelho, representante da única associação de militares portugueses presente, a dirigir uma mensagem.

O Sargento Lima Coelho, presidente da Direcção da ANS, cumprimentou todos os presentes, agradeceu o convite e disse que os sargentos, como membros da sociedade portuguesa, querem estar nela de corpo inteiro e lamentou que a ANS fosse a única associação de militares a estar ali presente, ainda mais quando a questão do Darfur/Chade assume todos os dias maior dimensão e factor de preocupação.

Recordou que o tema "África" tem sido discutido mesmo no seio da EUROMIL, organização da qual é também dirigente, e que são muitas as preocupações demonstradas pelos militares europeus.

Fez saber que neste seminário recebeu conhecimentos actualizados e aprendizagem sobre países onde os militares portugueses já levam e outros onde poderão levar a sua acção. Lembrou que já

foi alvo de cinco processos disciplinares e questiona se não é ridículo dizer que vamos defender a democracia e os direitos humanos nos países para onde somos enviados, quando aqui, em Portugal, pelo mesmo governo que decide o envio, se sofre penalizações por não ser aceite o exercício destes mesmos direitos pelos cidadãos militares.

A mesa do seminário agradeceu a presença e a dignidade demonstrada pelo presidente da direcção da Associação Nacional de Sargentos.

Encerrou o seminário o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, que salientou a importância da iniciativa perante a realização, em Lisboa, da Cimeira EU-África, daí a uns dias.

Agradeceu a presença dos participantes e dos convidados, o que possibilitou conhecer melhor as condições actuais dos Países Africanos, a realidade e as razões da situação em que vive o Continente Africano, situação caracterizada pelas desigualdades e consequências dolorosas para toda a Humanidade.

Terminou citando o Artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa – Amizade, Solidariedade e Paz com os Povos de todo o Mundo.

Armando Parreira
Sargento Chefe (Ref) ▲

Porto de Honra na Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó

Boas-vindas aos novos 2SAR na Armada

É já uma tradição, o Porto de Honra em homenagem aos novos Sargentos da Armada. Há já bastantes anos que o Clube do Sargento da Armada (CSA) e a Associação Nacional de Sargentos (ANS) têm levado a cabo esta cerimónia de boas-vindas. A deste ano contou com a participação de 30 camaradas recém-chegados às nossas hostes.

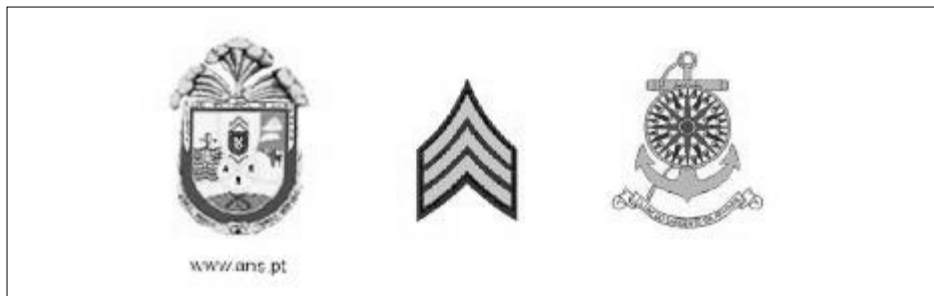
A principal nota de destaque foi mesmo a grande presença de camaradas novos. Mais, fruto do trabalho dos camaradas mais activos nas Unidades, muitos dos novos camaradas já são sócios da ANS há quase um ano, desde que foram graduados em 2SAR. Estiveram também presentes muitos camaradas mais antigos, de todas as idades e situações, que assim quiseram associar-se a esta iniciativa integradora na categoria, homenageando com a sua presença os mais modernos. No total estariam cerca de 60 camaradas na sala.

Antes do tradicional e ritual brinde, as Direcções das duas instituições promoveram a necessária e usual sessão de esclarecimento, apresentando a história, a actividade e as vantagens do movimento associativo militar. Numa mesa constituída pelo CSA, presidente da Direcção, Francisco Martins, e secretário da Direcção, João Marques, e pela ANS, o presidente da Direcção, Lima Coelho e o secretário da Direcção, Luís Bugalhão, houve oportunidade de apresentar um breve quadro desta realidade incontornável para a família militar, no Portugal republicano.

O CSA

Por volta das 19.00 h., o camarada Martins fez as honras da casa (estávamos na sua casa, a Delegação n.º 1, do Feijó, do CSA), pelo que lhe coube iniciar a sessão com um breve historial desta cerimónia de boas-vindas aos novos 2SAR, passando depois a palavra aos outros companheiros de mesa para que se apresentassem. Feitas as apresentações, o presidente da Direcção do CSA falou da história do Clube, do que o Clube significou como afirmação dos Sargentos perante a instituição militar e a sociedade logo após o 25 de Abril, numa demonstração de que as liberdades e responsabilidades que a democracia nos trouxe podiam e deviam ser exercidas de modo activo. Na história do Clube, nas suas várias estórias, cruzam-se o social-recreativo, o cultural, o desportivo, mas passam também os caminhos que iniciaram a comemoração do dia 31 de Janeiro de 1891 como Dia Nacional do Sargento ou os que potenciaram o aparecimento e a actividade do associativismo socioprofissional.

Após esta primeira abordagem do que foi o CSA, o Martins avançou para, num discurso mais prático, mostrar o que é o Clube agora. Falou das várias valências que disponibiliza aos sócios, das instalações que possui em Lisboa e na Delegação do Feijó, dos quartos a preços reduzidos para camaradas em trânsito por Lisboa, das actividades desportivas que se distribuem pelas secções e que são disponibilizadas aos sócios e seus familiares, de como as instalações são utilizadas de forma massiva ao longo do ano



pelos sócios para debates, exposições (a sede tem uma galeria), um coro polifónico, bailes, festas, torneios de jogos de salão (decorre agora um grande torneio de mahjong), etc.

Ao mostrar o que o Clube oferece aos sócios, ao evidenciar a importância que a instituição tem como ponto de encontro de Sargentos e suas famílias, afirmou-se a necessidade de continuar o projecto. Assim, foi feito o apelo para a continuidade, consumada na adesão de novos e participativos sócios. Uma frase do Martins sintetiza o apelo que fez aos novos camaradas: 'Precisamos do vosso vigor para renovar o Clube!'. Assim venha a ser.

A ANS

Lima Coelho começou por afirmar que não se podem dissociar as realidades do CSA e da ANS, pois elas estão intimamente ligadas no processo de aparecimento e afirmação do associativismo militar. Quer se aborde a questão pelo vector recreativo, quer pela vertente profissional, o CSA contribuiu decisivamente para o nascimento da actividade socioprofissional militar, tal como ela se consubstancia actualmente na ANS. O CSA, entidade pioneira, uma vez que foi o primeiro clube de sargentos a surgir, iniciou o associativismo numa vertente cultural e recreativa, mas essa experiência fez evoluir o sentimento organizacional e solidário que a classe tinha e tem, para o associativismo socioprofissional.

O presidente da Direcção da ANS abordou então a história das lutas pela dignificação da Família Militar ao longo da nossa História. Começando pelo malogrado golpe de 31 de Janeiro de 1891, cujas sementes de revolta viriam a culminar na implantação da República em Portugal, passando pela luta, pelas diuturnidades nos anos 60, pela Comissão pró-Estatuto na década de 70, pelas iniciativas, que ainda hoje decorrem, para que o 31 de Janeiro seja considerado o Dia Nacional do Sargento. Lima Coelho abordou todo um passado que agora vemos como motivo de orgulho, quando comparado com a evolução para a qual a ANS tem contribuído de modo efectivo.

Mas, quando em 01ABR89, numa reunião de mais de 4000 sargentos no já demolido Pavilhão do Sacavenense, foi decidido criar a Comissão Instaladora da ANS, embora houvesse a certeza que uma nova era se abria, havia também a noção de que o trabalho em prol da dignificação dos sargentos iria agora redobrar. Novas responsabilidades surgiam, agora que a classe ia fazer-se representar por uma associação que falaria de carreiras, de vencimentos, de formação, de higiene e segurança no trabalho, mas também de direitos de cidadania do ci-

dadão em uniforme, da exigência de se sentar à mesa com os parceiros sociais para debater tudo o que tivesse implicações na vida dos sargentos, ainda que, e sempre, com a actividade estritamente operacional de fora. Assim sendo, a actividade da ANS tem que ser uma actividade política, que não partidária, e também por aí há muito a fazer para defender os direitos dos sargentos. Foi nesse sentido que, em 1992, a ANS pediu a adesão à EUROMIL, a qual viria a efectivar-se em 1993, após um ano com o estatuto de observador. A partir dessa altura, e no contexto Europeu, a ANS estendeu a necessidade de lutar e defender os direitos dos sargentos e dos militares em geral, para um patamar internacional, beneficiando da experiência de associações mais antigas e mais evoluídas no associativismo militar, inseridas em realidades políticas muito diferentes da nossa, e mostrando aos parceiros europeus que ainda agora estão no início, a experiência acumulada ao longo de mais de 18 anos de actividade socioprofissional. Ou seja, também ao nível internacional (desde a UE à NATO) vemos a ANS entre os que desbravam caminho, recusando o imobilismo e o egoísmo que corroem os alicerces da democracia participada.

É também por isso, referiu Lima Coelho, que a ANS tem os seus corpos sociais constituídos por camaradas do activo. É uma opção, nada nos estatutos assim o estabelece, que visa dar uma imagem de normalidade democrática à actividade associativa profissional, mostrando que associativismo e Forças Armadas não são doutrinas incompatíveis, muito ao contrário, podem e devem ser complementares quando se trata de assuntos de Defesa, nomeadamente naqueles em que os direitos e deveres da Família Militar estão em debate. Nunca uma missão ficou por cumprir por causa da actividade das Associações de Militares. Mesmo os homens do activo que as constituem, e no caso particular da ANS, nunca falharam com as suas obrigações militares e operacionais. Ao contrário, são militares exemplares, profissionais competentes, e se agora são perseguidos com processos disciplinares, isso prende-se única e exclusivamente com razões políticas, pelo que é politicamente que se devem procurar as soluções para resolver, por exemplo, a vergonha da dívida de mais de 1000 milhões de euros à Família Militar.

Mas o que faz o Governo? Tenta fazer aprovar um Estatuto do Dirigente Associativo Militar que, se fosse aprovado, coarctaria a quase todos os dirigentes associativos a possibilidade de o serem, tentando por essa via, inviabilizar aquilo que a AR aprovou por unanimidade em 2001. Desta matéria são feitos os nossos governantes actuais, pelo que hoje,

tanto como sempre, é necessário estar atento, defender os direitos, liberdades e garantias dos sargentos e das suas famílias e, como tal, a actividade da ANS é tão necessária hoje como ontem.

E é por isso que foi feito o apelo aos novos camaradas para se associarem, para participarem activamente nas iniciativas que promovemos, convidando-os desde logo para a participação em dois eventos a levar a cabo no curto prazo: a 'Vigília de Natal' no dia 19DEZ07 na Praça Luís de Camões; e a comemoração do Dia Nacional do Sargento, 31 de Janeiro (com a comemoração de Lisboa a acontecer a 26JAN08).

A Assembleia

Cerca das 20H30 a mesa deu a palavra aos novos camaradas e a quem quisesse contribuir para o debate do que ali se havia dito. O camarada Manuel Custódio, sempre presente e sempre pertinente, lembrou a primeira comemoração do 31 de Janeiro, em 1978, no então chamado Mercado do Povo. Em 1980, a mesma comemoração deu origem a uma mensagem do CEMGFA a proibir a participação aos militares, e houve quatro camaradas da Armada que foram castigados, pois a Marinha levantou inquéritos a uns quantos sargentos. Continuou dizendo que agora, também enviam mensagens, também castigam, mas no fim, '... o último a rir-se...' vamos ser nós, pois a justiça está do nosso lado e prevalecerá. Foi por isso que, referiu o Manuel Custódio, o Tribunal Central Administrativo do Sul confirmou anterior decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, recusando a proibição de participação dos militares em manifestações legalmente convocadas, e desde que em cumprimento do estabelecido no art.º 31 da LDNFA, que as chefias militares queriam levar a cabo ainda este ano. A luta é dura, exige sacrifícios e perseverança, mas dá frutos! Quem luta, vence!

Após esta mensagem de esperança, um dos novos camaradas, o futuro 2SAR Luís Perfeito, agradeceu a homenagem que o CSA e ANS fizeram ao promover este Porto de Honra de boas-vindas, agradeceu as exposições feitas pelos camaradas da mesa, referindo que terá ficado com uma ideia diferente, para melhor, do que eram as duas instituições.

Daqueles 30 camaradas sairá nova fornada de sócios militares. Seja para o CSA, seja para a ANS, é esta renovação que augura a continuação de ambos os projectos. Os croquetes estavam à espera, a garrafa de Porto já havia sido aberta... passou-se ao ritual brinde, e à cavaqueira informal... mesmo que logo ali, em conversa, tenham aparecido problemas para resolver. Levados por camaradas que, alguns, ainda não foram sequer graduados. Contudo, já estavam a colaborar e a trocar ideias com os seus pares, confiando neles, pedindo ajuda e facultando apoio; com novos, maduros e menos novos, do activo, da reserva ou da reforma... todos irmanados pelo mesmo sentimento de pertencerem à classe.

Bem-vindos sejais pois!

Luís Bugalhão
Secretário da Direcção ▲

Cartas ao Director

O Apoio Social
no IASFA

Caros Camaradas,
Esta minha carta tem por fim dar a conhecer o que se está a passar no Centro de Apoio Social do Alfeite, pois na minha opinião as pessoas que têm por missão dirigir o IASFA e logo praticar o apoio social estão a desvirtuar esta acção. Depois de

expor o problema à Direcção e não ter resposta senti-me na obrigação de alertar os outros subscritores para assim ficarem a saber que onde é suposto haver apoio social ele não existe. Se concluírem que este alerta tem interesse em ser dado a conhecer a todos os subscritores, por favor publiquem no jornal da Associação.

Tenho três filhos que desde o ano de 1999 frequentam o C.A.S. Alfeite, primeiro a Creche, depois o Jardim-de-infância e neste momento o Centro de Recursos visto frequentarem o 4.º ano do 1.º ciclo na EB1 do Alfeite.

O apoio social no C.A.S. Alfeite tem vindo a perder-se desde o ano lectivo de 2003/2004, quando houve aumentos nas mensalidades superiores a 70%, por coincidência, ou não, foi quando a actual Direcção tomou posse.

Como houve reestruturação do ensino no 1.º ciclo no ano lectivo de 2006/2007, as crianças ficaram com o horário todo preenchido deixando de frequentar o ATL, passou-se a pagar só a alimentação (almoço e lanche), o que não fez baixar as mensalidades, pois o preço das mesmas está muito inflacionado em relação ao custo (+100%). Como não concordei pedi explicações à Direcção do IASFA e foi-me dito que o preço tão elevado das refeições era para fazer face aos custos de manutenção e investimento no complexo escolar e para pagar aos professores das aulas extracurriculares. Os professores a quem o IASFA paga são apenas os das aulas de inglês, os outros são militares, mas para isso o Ministério da Educação dá um subsídio.

Quando este ano fui inscrever os meus filhos para o Centro de Recursos informaram-me que este ano lectivo haveria um aumento de 15% no preço das refeições, e feitas as contas o aumento que eu tive este ano no meu vencimento não dá para cobrir, nem pouco mais ou menos, esse aumento. Expus este problema à Direcção do IASFA, mas esta nem teve a gentileza de responder à minha carta.

No fim do ano lectivo são muitas dezenas de milhares de Euros que o IASFA tem de "lucro" vindos do preço das refeições, mas não satisfeitos ao preço cobrado por cada refeição acresce mais 2% ditos para despesas, mas que ninguém no C.A.S. Alfeite me soube dizer quais são. Penso que deve ser para pagar o papel higiénico e a água que as crianças gastam quando vão à casa de banho. Pois tudo o resto já se paga. Esses 2% ao fim do ano são mais alguns milhares de Euros.

Neste ano lectivo cada criança paga por dia (almoço e lanche) 4€ [valor superior às escolas da rede pública], comparando com os custos da ração diária que está estipulada para os militares da Armada que é de 4,49€ (pequeno-almoço, almoço, jantar e suplemento), não é preciso ser especialista na matéria para se chegar à conclusão que no C.A.S. Alfeite os valores estão super inflacionados.

No Centro de Recursos não se pratica o apoio social pois tanto paga o descendente de um Oficial-General ou de uma Praça.

Penso que o principal objectivo do IASFA é o apoio social aos subscritores que mais necessitam, é para isso que todos nós contribuímos com os nossos descontos todos os meses e não para casos como este, onde se está a desvirtuar esse objectivo, para além de não haver apoio ainda se estão a criar receitas como se de uma instituição com fins lucrativos se tratasse.

Leitor devidamente identificado ▲

CONTROLADORES DE TRÁFEGO AÉREO MILITARES

Não é justo continuarem com as carreiras
profissionais não reconhecidas

A nobre carreira das armas tem, nos seus vários ramos, inúmeras armas, serviços e especialidades. Cada uma com os seus méritos e especificidades.

Não pretendo neste artigo fazer qualquer comparação entre elas nem estabelecer comparações entre umas e outras. Apenas pretendo falar daquela que conheço e faço parte há mais de vinte anos: os Controladores de Tráfego Aéreo Militares.

Trata-se de um trabalho para o qual nenhuma habilitação prévia ajuda muito; capacidade de raciocínio abstracto, visualização espacial, habilidade para Inglês e cálculo aritmético podem ajudar, mas no fundo é uma função que exige alguma predisposição, uma apetência inata.

Num dia de bastante tráfego, em que um controlador tenha que aplicar o máximo da sua atenção durante longos períodos de tempo, é vulgar sair do serviço com *"o sistema completamente saturado"*. É um trabalho normalmente feito por turnos, com muito *"stress"*, obrigando a permanecer longas horas sentado (muitas hérnias discais ao fim duns anos), um trabalho que não admite erros e poucas vezes permite correcções. É felizmente, uma função de que gosto, mas que se um dia me correr mal, me poderá levar à prisão. Veja-se por exemplo o caso recente dos controladores aéreos militares brasileiros, quando do choque de 2 aviões em Outubro 2006. Apesar de trabalharem com equipamentos antigos e a maior parte deles avariados, não deixaram de surgir dedos acusadores da sua responsabilidade na morte de mais de 150 pessoas.

Esta breve panorâmica não pretende angariar simpatias, apenas divulgar alguns aspectos talvez menos conhecidos. A Formação dos Controladores de Tráfego Aéreo (CTA) da Força Aérea Portuguesa (FAP) é ministrada no CFMTFA – Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, na sua fase inicial, e ao longo da vida do CTA conforme a unidade de colocação (seja colocado em cada Unidade). Não só porque cada Unidade tem os seus procedimentos locais específicos, mas também decorrentes da constante modernização de todos os sistemas e equipamentos relacionados com o Controlo e com o voo, de que o CTA se necessita de manter a par.

A FAP é uma entidade formadora, reconhecida ao nível da JAA (Joint Aviation Authorities-Europe) e ICAO - International Civil Aviation Organization, organismos internacionais que supervisionam o Controlo de Tráfego Aéreo, juntamente com a NAV-EP, empresa civil responsável pela formação e colocação de controladores civis nos aeródromos e aeroportos nacionais. Embora exista uma aparente paridade entre estas duas entidades, a realidade a nível nacional vem demonstrando uma clara



diferença de tratamento entre controladores formados por estas duas entidades: os controladores aéreos formados pela FAP, que em tudo têm a mesma quantidade e qualidade de formação, não vêm a sua carreira profissional reconhecida pela entidade Estatal competente, o Instituto Nacional da Aviação Civil (INAC).

Recentemente, a 3 de Outubro, foi publicado em Diário da República, o Despacho n.º 22941/2007, que estabelece e salvaguarda as equiparações de carreira aos militares pilotos, mecânicos e operadores de assistência a socorros. Congratulo-me por esse passo, mas lamento que mais uma vez os CTA sejam remetidos para o fundo da gaveta, prevendo o Despacho que, um dia, caso a Directiva Comunitária 2006/23/CE seja implementada pelo Estado Português, relativa à licença comunitária de Controlador de Tráfego Aéreo, *"poderá ser criado um regime de aceitação e equivalência das licenças militares às civis"*.

O Estado Português, campeão de Diplomacia Europeia na Comunicação Social, na prática pouco se importa com as Directivas Europeias (veja-se o caso também da que prevê os Direitos Liberdades e Garantias dos cidadãos em uniforme). E mesmo que a Directiva sobre os CTA venha a ser adoptada, o Despacho prevê a possibilidade de nada de concreto resultar desse passo. Os CTA militares são poucos, não têm um lobby por trás, e como tal pouco importam.

Não é justo que os CTA Militares continuem a ver as suas carreiras profissionais não reconhecidas.

O facto de controlarem indiscriminadamente tráfego militar e civil, prestando assim um serviço acrescido ao País, é ignorado. O facto de auferirem rendimentos cinco vezes inferiores aos seus pares civis é por muitos desconhecido. O facto de o EMFAR prever, desde o seu início, que os militares venham a auferir por funções desempenhadas, e não

apenas por posto é, salvo raras e curiosas excepções, convenientemente esquecido.

É certo que a carreira Militar implica um empenho constante e uma dedicação à Nação, que inquestionavelmente existem. Mas não é menos certo que a Tabela salarial militar tem que reflectir melhor o que se passa na sociedade civil. O Artigo do EMFAR que prevê a diferenciação salarial entre funções deve ser revisito. Não é justo que apenas o voo seja considerado actividade de risco quando outras funções estão também sujeitas a tanto ou mais risco. Não é justo que os CTA Militares continuem a ver as suas carreiras profissionais não reconhecidas.

Preterido como técnico, e aviltado diariamente como militar, defraudado no contrato que assinei com esta organização, vendo cada vez menos reconhecimento pelos especiais direitos e compensações devidos, pela Condição Militar a que sou sujeito, tratado como *"cidadão privilegiado"* nos órgãos de *"intoxicação social"* a mando do Governo, interrogo-me séria e honestamente onde vou buscar a motivação necessária para continuar a cumprir com brio e zelo a missão que me compete e, afinal, a honrar o Juramento que fiz perante a Bandeira Nacional e para com o Povo Português.

Interrogo-me também, se um dia que tenha de me reformar, conseguirei suportar as despesas de saúde com que inevitavelmente me virei a confrontar dada a profissão de risco e desgaste rápido que desempenho, manter a casa que estou a pagar, e conseguir que me sobre dinheiro para a alimentação.

Àqueles a quem eu parecer pessimista, sempre lhes digo que conheço um caso de um General da Força Aérea Portuguesa, já na situação de Reforma, para quem este cenário, aparentemente catastrófico, é uma dolorosa realidade.

Paulo Contreiras
SAJ OPCART CTA Militar
Secretário da Direcção ▲

Diário de uma Jornada de Luta

Solidariedade com Jorge Bravo

No passado dia 24 de Novembro de 2007, ocorreu um evento histórico em Madrid — pela primeira vez desde a queda do regime franquista realizou-se uma manifestação de militares em Espanha.

Mais 300 militares concentraram-se frente ao Ministério da Defesa de Espanha (fotos), numa manifestação legalmente convocada pela AUME, para protestar contra a punição de 40 (quarenta) dias de detenção, num Centro Disciplinar, de que foi vítima o presidente da AUME, Sargento-Ajudante Jorge Bravo, por ter participado, na sua qualidade de dirigente associativo, e trajando à civil, numa manifestação da Guardia Civil, que se realizou em Madrid em 20 de Janeiro deste ano.

A viagem

Sábado, 24 de Novembro, 04h30 da manhã. Eu e o Lima Coelho encontramos-nos em Vila Franca de Xira e seguimos para ir buscar o David Pereira.

Comitiva completa seguiu viagem ru-



mo ao Ministério da Defesa de Espanha.

A moral é elevada, mas o pressing de termos que estar no sítio certo antes das 11h da manhã faz-se sentir. Revezamo-nos na condução mas depois das 6 da manhã o sono já pesa.

Chegada a Madrid com alguma confusão entre mapas puxados da Internet, e as inúmeras vias que se nos deparam. Após alguns zig-zagues eis-nos no Paseo



de la Castellana. O ambiente já aquece e o evento está prestes a começar.

Apoio internacional e de diversas Associações de Espanha

Esta manifestação contou com o apoio, presença e solidariedade da Euromil, que representa mais de meio milhão de cidadãos em uniforme na Europa; da ANS que se fez representar com uma delegação, retribuindo assim a solidariedade expressa pelos camaradas da AUME, também presentes em Lisboa em duas Jornadas de Solidariedade com os nossos camaradas punidos; da AMARTE e da ARFAGA, outras organizações militares de Espanha.

Também se associaram a este evento os principais Sindicatos de Espanha, CCOO e UGT, os Sindicatos da Polícia SUP, e a AUGC, Associação da Guardia Civil, todos representados por uma delegação que participou nas intervenções.

"Todos somos Jorge Bravo"

Em apoio a um homem, Jorge Bravo, cujo "crime", segundo Mariano Casado, Secretário-Geral da AUME, foi pôr os interesses colectivos acima dos seus individuais, os manifestantes ostentavam máscaras com a cara de Jorge Bravo, com a boca tapada com adesivos, numa crítica clara à tentativa de repressão medieval que o Governo e as Chefias Militares Espanholas exerceram sobre o Associativismo Militar, na pessoa de Jorge Bravo, já duas vezes punido.

Lima Coelho, presidente da ANS, referiu na sua intervenção que não se pode exigir aos cidadãos em uniforme que cumpram missões humanitárias de reposição da liberdade dos povos, ao nível do século XXI; e que estes mesmos cidadãos sejam depois tratados pelos seus Governos de forma medieval, por quere-rem para si os mesmos direitos e liberdades fundamentais que andam a defen-

der para os outros.

Liberdade de Imprensa

Apesar de, no mesmo dia, se terem realizado mais três manifestações em Madrid (uma delas com mais de 250 mil pessoas), foram inúmeros os jornalistas presentes na manifestação da AUME. E para espanto da delegação Portuguesa, estes conseguiram mesmo fazer o seu trabalho: a manifestação da AUME foi notícia em todos os jornais principais de Espanha, e foi filmada por todas as Televisões e também pelo MDN de Espanha (que filmava da janela). Durante todo o dia passaram reportagens nos canais nacionais de TV, nos das regiões autóno-

Jornada Internacional de Solidariedade em Lisboa

Aproveitando o ensejo de a Direcção da EUROMIL reunir em Lisboa no início de Setembro, de modo a poder concretizar os seus objectivos de defender os interesses socioprofissionais de mais de meio milhão de cidadãos em uniforme europeus, aproveitando o facto de Portugal presidir temporariamente à União Europeia, aquela confederação de associações europeias decidiu promover uma iniciativa de solidariedade para com os militares portugueses vítimas da deriva persecutória e repressiva do Governo.

O evento contou com a colaboração e o apoio das ANS, AOFA e APA, cujos presidentes conjuntamente com o presidente da EUROMIL constituíram a mesa que presidiu à sessão, realizada no salão da Casa do Alentejo, no passado dia 4 de Setembro, pelas 19h00.

Lima Coelho, como anfitrião, apresentou todos os membros presentes da Direcção da organização representativa dos militares europeus, e dos camaradas espanhóis que quiseram associar-se a esta iniciativa internacional de solidariedade. Alvo de um aplauso de solidariedade especial foi o representante grego, atendendo a que o seu País e Povo estavam ainda nesse momento a sofrer as pesadas consequências de grandes incêndios que fustigaram a Grécia.

Uma sala repleta de militares das várias patentes e situações, do activo, da reserva e da reforma, corporizou a solidariedade que os membros da Direcção da EUROMIL, por sua vez representantes de associações de militares de vários países, quiseram expressar em nome dos militares europeus aos seus camaradas portugueses.

De realçar foi também a presença de duas associações congêneres espanholas, AMARTE e AUME, trazendo dessa forma o abraço fraterno e solidário dos

militares espanhóis, vítimas também de uma atitude medieval do governo e das chefias militares.

Os membros da mesa proferiram pequenas intervenções de improviso, todas no sentido da denúncia do processo persecutório e repressivo que se tem abatido sobre aqueles que, defendendo a sua Condição Militar exigem o Cumprimento da Lei e a Liquidação da dívida superior a mil milhões de euros constituída à Família Militar.

Um momento de significativa emoção e simbolismo foi quando se homenageou o SAJ José Caetano, que tinha nesse mesmo dia concluído a pena de 5 dias de detenção, cumprida na ETNA Vila Franca de Xira, por participar no Passeio do Nosso Descontentamento em Novembro do ano passado.

Outro momento emocionante e aplaudido foi quando a mesa evocou os nomes de todos os militares vítimas de punições por motivos associativos nos últimos 24 meses.

Foi reiterado o empenhamento dos presentes na defesa da Condição Militar e da salvaguarda dos direitos de cidadania constitucionais e do seu exercício por parte dos cidadãos em uniforme.

Fundo de Solidariedade

Muitos foram os que contribuíram para o Fundo de Solidariedade constituído ainda em 2005 para ajudar a suportar os custos judiciais da defesa dos camaradas vítimas de processos disciplinares por não se resignarem perante o vil e infame ataque do Governo aos escassos direitos adquiridos pela Família Militar.

Fundo que é necessário continuar a alimentar nesta fase em que o Governo tornou ainda mais difícil e onerosos o recurso a tribunais de instâncias superiores para salvaguarda da nossa dignidade profissional e de cidadania cívica constitucional. ▲

mas, na Holanda, no Chile, na Argentina, na CNN, etc.

Foi muito gratificante para nós Portugueses verificar que existem Países onde a Imprensa ainda tem liberdade para exercer a sua função: informar a Opinião Pública, e de forma isenta.

EUROMIL promete respostas

Emmanuel Jacob, na sua intervenção em nome da Euromil, prometeu uma atitude interventiva pela mesma, porque "enquanto um dos 500 mil associados da Euromil não tiver o direito de se associar livre e democraticamente, nenhum dos 500 mil o terá".

Para a próxima reunião do Presidium da Euromil, que será precisamente em Madrid, ficaram já previstas várias acções de cariz político, nomeadamente pedidos de audiências a responsáveis governamentais e chefias militares espanholas, exigindo uma atitude democrática perante pessoas responsáveis que mais não querem que ser parceiros de um diálogo que se pretende benéfico para as Forças Armadas, logo para a Nação.

Balanço

O associativismo militar em Espanha está bem entregue e recomenda-se. Lá, como cá, os políticos e as Chefias têm muito que aprender sobre Democracia, Diálogo, Liberdades e Direitos. Lá, como cá, existem homens e mulheres com um compromisso jurado de defender a Lei e a Justiça, que não se calarão com ameaças e promessas demagógicas.

Foi um privilégio poder retribuir a solidariedade expressa pelos camaradas de Espanha, quando das suas deslocções a Portugal, para com os nossos camaradas punidos.

Paulo Contreiras ▲

Actividade ASSOCIATIVA

LUTA NÃO FOI DE FÉRIAS

Num Verão marcado pela continuação dos processos disciplinares a membros e dirigentes da Associação Nacional de Sargentos, e pelo surgimento de diplomas legislativos causadores de elevados índices de preocupação, a luta associativa não poderia "ir de férias".

Assim, na continuidade do número anterior, vamos aqui procurar resumir muita da intensa, necessária e fundamental actividade e luta associativa, que por existir, tem permitido manter a chama acesa na luta pelos direitos e dignidade da Família Militar, em particular da Família dos Sargentos de Portugal.

AGOSTO

07AGO – Uma delegação composta por dirigentes e associados da ANS dirigiu-se ao Ministério da Justiça. O vice-presidente D. Pereira fez a entrega de um ofício dirigido ao Ministro da Justiça;

14AGO – Audiência concedida pelo MDN à ANS. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira, D. Eugénia e J. Gonçalves;

23AGO – Reunião inter-associações na sede da ANS;

25AGO – L. Coelho cumpre um dia de prisão disciplinar no Comando Operacional da Força Aérea, em Monsanto, Lisboa;

26AGO – Saída de L. Coelho, da pena de um dia de prisão disciplinar;

30AGO – P. Caetano inicia pena de cinco dias de detenção, na ETNA, Vila Franca de Xira.

SETEMBRO

03SET – Reunião da Direcção da EUROMIL em Lisboa;

- Reunião/Jantar dos presidentes das associações profissionais de militares e os dirigentes da EUROMIL;

04SET – Conclusão da reunião da Direcção da EUROMIL em Lisboa e Conferência de Imprensa;

- Audiência concedida pelo grupo parlamentar do PCP à EUROMIL;

- Audiência concedida pelo grupo parlamentar do CDS/PP à EUROMIL; a delegação da EUROMIL a estas audiências foi constituída por Emmanuel Jacob (presidente), Mikko Harjuletho (secretário-geral) e Lima Coelho (membro da Direcção);

- Jornada Internacional de Solidariedade para com os militares alvo de processos disciplinares, realizada na Casa do Alentejo, em Lisboa. Esteve presente P. Caetano que terminou o cumprimento da pena de 5 dias de detenção;

05SET – Audiência concedida pelo MDN à Direcção da EUROMIL. A delegação da EUROMIL foi constituída por Emmanuel Jacob (presidente), Mikko Harjuletho (secretário-geral) e Lima Coelho (membro da Direcção);

- Visita desta delegação de dirigentes da EUROMIL à sede da AOFA, em Oeiras;

07SET – Conceição Gomes inicia pena de cinco dias de detenção, na ETNA, Alfeite;

11SET – Audiência com o deputado João Rebelo, do GP do CDS/PP. ANS representada por L. Coelho, L. Bugalhão, P. Contreiras e V. Esteves;

12SET – Recepção no "Portão Verde" da BNL ao camarada C. Gomes, à saída da pena de cinco dias de detenção;

17SET – Audiência com a deputada Heloísa Apolónia, do GP do PEV. Delegação da ANS composta por L. Coelho e J. Castro;

- Reunião da Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática, na sede da AOFA. ANS representada por A. Martins;

19SET – Reunião do "Observatório para as questões da Reforma" na sede da AOFA. ANS representada por P. Contreiras, V. Ponte e C. Gervásio;

21SET – P. Freire inicia pena de cinco dias de detenção, na ETNA, Vila Franca de Xira;

24SET – Audiência com a Direcção da Associação 25 de Abril. Delegação da ANS composta por L. Coelho, J. Pereira, D. Fonseca e J. Marques;

26SET – Jantar de Homenagem a L. Coelho, organizado no Mercado da Ribeira, em Lisboa. Esteve presente P. Freire que terminou o cumprimento da pena de 5 dias de detenção;

28SET – Audiência com o deputado António Filipe, do GP do PCP. ANS representada por L. Coelho, J. Pereira, L. Bugalhão e V. Esteves.

OUTUBRO

01OUT – Manifestação de Sindicatos e Associações de Polícias, no Parque das Nações, em Lisboa. Delegação de dirigentes da ANS presente para transmitir mensagem de solidariedade;

20OUT – Cerimónia do 84.º aniversário da Liga de Combatentes, junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém. ANS representada por L. Coelho;

21OUT – Cerimónia do 25.º aniversário da Associação 25 de Abril, na sede desta associação, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho;

23OUT – Reunião inter-associações na sede da APA. ANS representada por L. Coelho;

24 a 27OUT – Presidium de Outono da EUROMIL, em Paris, França. ANS representada por L. Coelho;



25OUT – Reunião do "Observatório para as questões da Reforma" na sede da ANS, que esteve representada por P. Contreiras, V. Ponte e C. Gervásio;

30OUT – Colóquio organizado conjuntamente pela APA e pelo CPA, na Cooperativa Piedense, na Cova da Piedade. ANS representada por M. Custódio.

NOVEMBRO

02NOV – Cerimónia religiosa de sufrágio pelos mortos da Força Aérea, na Igreja da Força Aérea, em Benfica. ANS representada por L. Coelho;

06NOV – Reunião de Sargentos na Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó. Mesa composta por L. Coelho, D. Pereira, J. Castro e D. Santos;

07NOV – Jantar de homenagem a L. Coelho organizado no Restaurante "O Grilo", no Cardal, Vila Nova da Barquinha;

09NOV – Audiência concedida pelo SEDNAM. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira, J. Pereira e R. Esteves;

- Reunião inter-associações na sede da AOFA. ANS representada por L. Coelho;

11NOV – Cerimónia do 89.º aniversário do Armistício da I Guerra Mundial, organizado pela Liga de Combatentes, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. A ANS estava representada por L. Coelho e M. Ramos. Fez deposição de coroa de flores.

13NOV – Audiência concedida

pela Comissão de Defesa Nacional, da Assembleia da República. Delegação da ANS composta por L. Coelho, J. Pereira e R. Esteves;

14NOV – Apresentação pública da Actualização do Relatório da "Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática e Outras Anomalias", no Auditório da CML no Largo do Município, em Lisboa;

20NOV – Reunião de Sargentos na Voz do Operário, em Lisboa. Mesa composta por L. Coelho, D. Pereira e J. Pereira;

21NOV – Seminário organizado pela DGPRM/MDN sobre a "Rede Nacional de Apoio", na Academia Militar, em Lisboa. ANS representada por A. Jacinto e C. Gervásio;

22NOV – Encontro pela Justiça e pela Paz, no Rossio, em Lisboa, convocado pela COMIL;

23NOV – Audiência com o deputado Rui Gomes da Silva, do GP do PSD. Delegação da ANS composta por L. Coelho e D. Pereira;

24NOV – III Congresso da APA, na Academia de Santo Amaro, Alcântara, em Lisboa. Delegação da ANS composta por A. Taveira e S. Costa;

- Convite do PCP para a Conferência sobre Questões Económicas e Sociais, realizada no Pavilhão Municipal da Torre da Marinha, Seixal. ANS representada por A. Dias e J. Castro;

- Participação em Madrid, Espanha, em manifestação interna-

cional de solidariedade para com o presidente da AUME, Jorge Bravo, detido por quarenta dias. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e P. Contreiras;

27NOV – Reunião do "Observatório para as questões da Reforma" na sede da APA. ANS representada por P. Contreiras e V. Ponte;

- Funeral, em Crestuma, do Soldado Sérgio Pedrosa, falecido no Afeganistão. ANS representada por F. Machado;

28NOV – Lançamento do livro "O Átomo Persa" do Almirante Nobre de Carvalho, no Museu de Macau, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho.

DEZEMBRO

01DEZ – Convite do PCP para o Seminário "África: Desafios do desenvolvimento, do progresso social e da soberania" realizado no Hotel Roma, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho, A. Parreira e A. Correia;

07DEZ – Reunião de Direcção da EUROMIL em Bruxelas, Bélgica. L. Coelho esteve presente;

- Delegação de dirigentes e membros da ANS presente nas galerias da A.R. para assistir à Apreciação Parlamentar das propostas do CDS/PP e do PCP relativamente ao Regime Jurídico dos Dirigentes das Associações de Militares;

08DEZ – Funeral do 1SAR Victor Lira, dirigente do Clube de Sargentos da Força Aérea e membro da ANS. ANS representada por L. Coelho, C. Gervásio e A. Parreira;

11DEZ – Recepção aos novos Sargentos da Armada. Cerimónia decorreu na Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó. Iniciativa organizada conjuntamente pela ANS e CSA.

À hora do fecho desta edição estavam em preparação diversas iniciativas, entre as quais a "Vigília de Natal", a realizar na Praça Luís de Camões, em Lisboa, deslocações e reuniões com vários núcleos da ANS dispersos pelo país, preparatórias das comemorações do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento. Destes eventos daremos conta no próximo número do jornal "O Sargento". ▲

Conferência Nacional do PCP sobre Questões Económicas e Sociais

Em resposta ao convite enviado à ANS, para estar presente no evento em título, realizada nos dias 24 e 25 de Novembro, no Pavilhão Municipal Torre da Marinha, Seixal, esta fez-se representar por uma delegação constituída por dois dirigentes, António Dias e José Castro.

A delegação, ao chegar ao local, foi encaminhada para o sector da bancada destinado aos convidados. Passado algum tempo, e ainda em período de inscrições para uso da palavra, deslocaram-se da tribuna àquele sector, os deputados Bernardino Soares e Jorge Neto, para dar as boas vindas a todos os convidados presentes, tendo informado que iam distribuir os documentos que ali estavam em debate.

De seguida e ao longo dos dois dias, assistiu-se às várias intervenções efectuadas pelos delegados de todo o país que ali expuseram um estado de progressiva degradação económico e social que se vive em cada área de acção, resultado de políticas erradas se-

guidas pelos sucessivos governos.

Estado esse, caracterizado por uma agricultura muito aquém das capacidades, uma desindustrialização do País e um investimento, por parte dos grandes grupos económicos, no sector terciário, principalmente banca e seguradoras, como forma de obterem rapidamente lucros colossais, e com os governos a darem-lhes benesses fiscais.

Associam-se a este estado de coisas, o encerramento de escolas, maternidades, centros de saúde, urgências nos Hospitais, tornando assim a vida no interior do País cada vez mais difícil, dando origem a que os mais novos procurem outras paragens. A emigração, a fuga para os grandes centros, as deslocações para trabalhar em Espanha, são os principais destinos dos mais capazes e assim se vai assistindo a uma progressiva desertificação do interior do País.

Os sucessivos ataques aos direitos dos trabalhadores da função pública, como se fossem estes os causadores dos défices,

congelando-lhes os aumentos e aumentando-lhes os ordenados abaixo do valor da inflação, os cortes nas participações nos medicamentos, diminuindo-lhes assim o poder de compra. Por outro lado, com ajuda da comunicação social que controlam, vão passando a ideia de que tudo isto é uma fatalidade e que não há alternativas, para que os trabalhadores se resignem e não lutem pelos seus direitos.

Apesar das medidas repressivas e intimidativas levadas a cabo pelo Governo, os trabalhadores têm sabido dar-lhes a resposta certa participando nas greves e nas manifestações, afirmou o Secretário-geral, Jerónimo de Sousa. Continuou expressando todo o apoio aos trabalhadores nas suas lutas, apelou à participação na greve 30 de Novembro, e afirmou que é possível ter esperança neste País seguindo outras políticas e com os trabalhadores.

A Delegação
José Castro e António Dias ▲

INTERNACIONAL

A EUROMIL e as missões internacionais

Desde há bastante tempo que a participação de cidadãos europeus (em uniforme) em missões internacionais tem sido uma das áreas a que a EUROMIL tem dedicado particular atenção.

No cumprimento do seu mandato contínuo de promover o bem-estar do pessoal militar e das suas famílias, a Euromil promoveu uma "Workshop" durante o decorrer dos trabalhos do Presidium de Outono que teve lugar entre 25 e 27 de Outubro passado, em Paris, França.

Esta "Workshop" subordinada ao tema "Desafios aos Militares Europeus no Teatro de Operações – O Factor Humano nas Modernas Missões Militares", foi dividida em três partes: antes, durante e pós missão.

A fase introdutória, coube ao Brigadeiro-General Michael Finn, do exército irlandês, responsável pela área da logística no EUMS – European Union Military Staff. O general Finn referiu o enorme peso que tem exigência feita aos militares europeus quanto ao seu comportamento e conduta em missões internacionais. Aos militares europeus é exigido que se pautem por princípios de imparcialidade, integridade pessoal, disciplina, lealdade, coragem e respeito pelo próximo, para que se assegure o bom relacionamento com as populações locais a fim de salvaguardar a credibilidade e autoridade no teatro de operações e, ao mesmo tempo, para reforçar a coesão e a moral uma vez que os contingentes constituintes de uma força multinacional são de uma grande heterogeneidade em termos étnicos, religiosos, culturais, etc. Assim, a norma deverá ser, tratar os outros seres humanos com dignidade e estima, respeitando os direitos do pessoal militar, permanentemente.

De referir que o General Finn, em representação do EUMS, fez questão de participar neste evento, de carácter eminentemente associativo, envergando o seu uniforme.

No do período de perguntas e respostas, terminou afirmando que, na sua lon-



ga experiência em missões internacionais, nunca a existência de organizações de carácter socioprofissional causaram focos de indisciplina ou menor capacidade aos militares, entendendo que, pelo contrário, ajudaram os militares a ter uma melhor consciência profissional e de cidadania, mantendo por isso a melhor opinião sobre o associativismo nas forças armadas, mesmo em teatros de operações.

A primeira fase (desde o anunciar da missão até ao dia da partida) foi moderada pelo Comandante Michael Geraghty, da Marinha Irlandesa, membro da RA-CO (Associação de Oficiais Irlandeses).

A segunda fase (desde a partida para o teatro de operações até ao dia do regresso) foi moderada pelo Tenente-Coronel Sarholz, Médico do Exército Alemão, membro da DBwV (Associação de Militares Alemães).

A terceira fase (desde a partida do teatro de operações até à reintegração) foi moderada pelo Major Koos Stauthamer,

do Exército Holandês, membro da AFM-P/FNV (Sindicato dos Militares Holandeses).

Esta iniciativa contou com a participação de 70 delegados em representação de 21 associações e sindicatos.

Recomendações da EUROMIL para as missões internacionais de gestão de crises e de manutenção de paz

Numa primeira leitura das conclusões destes trabalhos salientam-se as seguintes recomendações da EUROMIL para as missões internacionais de gestão de crises e de manutenção de paz:

1. Nivelamento dos requisitos nacionais entre os vários países e melhorar as normas e regulamentos comuns para as missões;
2. Melhorar e aumentar o treino conjunto antes do envio de contingentes multinacionais para facilitar a coopera-

ção no teatro de operações entre os vários contingentes;

3. Aumentar o período de treino antes da partida para missões. A nova informação vertida sobre os militares durante a fase de aprontamento é de tal forma elevada e diversificada que dificilmente será completamente absorvida a níveis aceitáveis, em períodos de treino curtos;

4. Centrar mais a atenção na necessidade do conhecimento da lei internacional, em praticar capacidades linguísticas e aprofundar conhecimentos de aspectos culturais;

5. Dar especial destaque aos cuidados médicos antes, durante e após operações militares;

6. Estabelecer grande importância ao equipamento individual de combate e aos fornecimentos logísticos, bem como ao tipo de equipamento para os veículos, de acordo com a missão e o teatro de operações;

7. Promover um grande envolvimento das famílias dos militares em programas de apoio e adaptação antes, durante e após as missões militares;

8. Promover a estabilidade psicológica dos militares através de cuidadosos programas de apoio antes, durante e após as missões militares;

9. Garantir tratamento e acompanhamento médico por períodos bem alargados para os militares e veteranos uma vez que muitas das consequências só se verificam em períodos alargados de tempo;

10. Assegurar o estabelecimento de esquemas de treino e emprego que permitam àqueles militares que tenham sido seriamente feridos que, a seu pedido, possam ser integrados na administração pública, (medida já em prática na Alemanha, o que foi considerado uma das muitas vitórias alcançadas pela associação de militares germânica).

Está em preparação, por parte da EUROMIL, uma brochura com as diversas intervenções e conclusões desta importante iniciativa. ▲

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Informa-te junto da ANS

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a **SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda.**, para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o **desconto de 30%**.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

■ **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059

■ **Lagoa** (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3

■ **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

Pneus, peças e acessórios

■ Protocolo entre a ANS e a **GraciAuto**, para a venda de **peças e acessórios para automóveis**, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de **30%**, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A **Entroncamento**
Tel: 249 725 649. ●

Combustíveis CEPSA

Protocolo com a CEPSA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de **0,03 € por litro de qualquer combustível** é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "**Cepsa Team**". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de **20% em lubrificantes**, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPSA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "**Proposta de Adesão**" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPSA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não

receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

Medicina dentária

■ Protocolo entre a ANS e a **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, em **Queijas**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias, Ortodôncia e outras especialidades. incluindo Análises Clínicas.

Aberto das 8H às 20H, de Segunda a Sexta; Sábado das 10H às 20H (almoço 12H – 14H).

Rua Prof. Noronha Feio, 12-A

Rua João XXI, n.º 9, 1.º Dto.

Tel. 214 160 672 / 919 469 529

E-mail: lubilubidente@yahoo.com.br

http://www.pai.pt/search/lubidente.html ●

Aluguer de viaturas

Na **National** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ílhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "**O Acorde, Lda.**", na Rua do Fragoso, 4, em **Évora**, que pratica um desconto em todas as marcas de instrumentos de sopro de 26% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Esta firma tem uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 11% de desconto.

Cursos de Mergulho

Protocolo entre a ANS e HALIOTIS, com condições especiais para sócios da ANS (ver www.haliotis.pt). ● ▲

DIA NACIONAL DO SARGENTO

Os Sargentos vão comemorar o 31 de Janeiro

O 1.º parágrafo do livro “Associativismo Militar: Direitos e Restrições”, editado pela ANS, diz: “Com o 25 de Abril criaram-se as condições de participação de todos os cidadãos portugueses de forma a concretizar o ideal de sociedade proclamado e posteriormente consagrado na Constituição da República Portuguesa”.

Resumo sobre a conquista do direito de comemorar o 31 de Janeiro

Alguns sargentos, nos princípios de 1977, três anos depois da Revolução de Abril, ao começarem a constatar, que os seus problemas se agravavam, e que Abril não foi feito nem para tirar direitos nem para nos agravar os problemas, decidem marcar uma reunião para discutirem e analisar a situação.

Nessa reunião, realizada em Penalva, Barreiro, depois de analisarem a situação e verificarem que a defesa da Revolução de Abril, do regime democrático e da Constituição que consagrou as conquistas e valores dessa revolução, não colidia com a defesa dos seus direitos, concluem que iniciativas a realizar em defesa de Abril, deveriam ter também um conteúdo de defesa dos seus direitos e assim, já com esse pensamento, decidem marcar um encontro para comemorar, o 1.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril do ano anterior, numa casa próximo da Costa da Caparica.

Neste encontro comemorativo do 1.º aniversário da Constituição, onde já participam mais de duas centenas de sargentos e alguns oficiais, constata-se durante a discussão que os seus direitos quase não existem, não têm estatuto, isto é, as regras pelas quais se relacionavam com a Instituição Militar e com a sociedade não estavam regulamentadas e, por isso, não sabem, não têm conhecimento nem consciência dos seus direitos, nem mesmo os mais básicos estão garantidos em diplomas legais, apenas conhecem os seus deveres e obrigações regulamentados no RDM e no CJM.

Os sargentos, como vêem que a sua situação continua a degradar-se, já não abandonam a discussão dos seus problemas e criaram uma Comissão, para estudar a melhor forma de chamar a classe a participar na discussão dos seus problemas. E a comissão depois de alguma análise e discussão decidiu: Comemorar a Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891. Pois, comemorar esta data é homenagear os heróis desse glorioso acto e a melhor forma de honrar a sua memória, é continuar a sua luta, trazendo à discussão os problemas da Classe e lutar pela sua resolução, por isso, marcou para dia 3 de Fevereiro de 1979, no então Mercado do Povo, em Lisboa, a 1ª comemoração autónoma do 31 de Janeiro de 1891.

No ano seguinte, 1980, a comemoração do 31 de Janeiro, na SFUAP, foi proibida, por msg do Estado-maior General das Forças Armadas, com a mesma argumentação que vimos, posteriormente, em algumas proibições, nomeadamente, na vigília marcada pela ANS, para 12 de Junho último, junto à residência do 1.º ministro, e agora, em Novembro, no En-



contro de 22, promovido pela COMIL, no Rossio, tendo esta última proibição a particularidade, dos chefes militares com receio de a terem de meter... no saco, como aconteceu com a vigília, não a passaram a escrito, ficando conhecida como a proibição silenciosa. Inédito!

Mas os sargentos, sabendo já nessa altura, 1980, que não é o exercício dos seus direitos, nem as suas comemorações que põe em causa a disciplina e a

coesão da Instituição Militar, compareceram em massa na Cova da Piedade. A direcção da Marinha, envergonhando as tradições democráticas desta instituição, ainda realizou um inquérito vergonhoso a todos os sargentos, fazendo lembrar a ditadura salazarista e expulsou quatro sargentos, mas não lhe valeu de nada.

Os sargentos com este seu acto de coragem e determinação, já tinham conquistado o direito a comemorar o seu 31

de Janeiro. Com esta importante vitória, decidiu-se propor o dia 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento. A proposta foi abraçada de forma inequívoca e hoje todos os sargentos consideram o dia 31 de Janeiro, o Dia Nacional do Sargento. Embora já tenham sido feitas várias tentativas junto da Assembleia da República e do Governo, ainda não conseguimos ver a sua consagração oficializada, mas será.

A ANS, a nossa associação, à semelhança dos anos anteriores, vai comemorar o 31 de Janeiro

Este ano os sargentos deverão fazê-lo e de forma decisiva e convictamente afirmar, no seu dia, que o roubo, o ataque aos seus direitos, à condição militar, que os sucessivos governos têm feito, mas que este tem ultrapassado todas as malvadezas, têm de ser travadas.

Porque o deverão fazer?

Porque os nossos vencimentos não param de se degradar. A sua perda real nos últimos 7 anos, já ultrapassa os 10%. As carreiras deterioram-se, o congelamento da contagem de tempo de serviço para efeitos na carreira retributiva não pode continuar, as reformas, para além de quase não aumentarem, são prejudicadas com aumentos do IRS. A situação nas ADMs degrada-se a tal ponto que se ouvem militares a dizerem: o que nos vale é já não vivermos muito tempo. Mais de 40 diplomas não são cumpridos, a dívida à família militar não deixa de aumentar, e no Orçamento para 2008 nenhuma verba é orçamentada para a diminuir. As associações são atacadas e aprovam-se leis para impedir o exercício da actividade

associativa dos seus dirigentes.

Há várias dezenas de camaradas castigados e outros ameaçados que não serão promovidos. Por serem maus profissionais? De se negarem ao cumprimento de ordens de natureza operacional? De se recusarem a qualquer serviço?

Não! O seu crime é exigirem o cumprimento da lei e dizerem a verdade. Dos sargentos e outros militares ameaçados e castigados, pela sua postura, pelas suas folhas de serviço, pelo seu profissionalismo e pelas declarações de confiança e esperança que têm prestado à saída dos seus castigos, bem se poderá dizer: Feliz a instituição que conta no seu seio com tão bons profissionais e militares de tão elevado carácter. Mas a nossa instituição maltrata estes militares. Demonstrando assim, ser uma instituição com graves problemas.

Toda esta ofensiva contra os nossos direitos, contra a condição militar é feita — diz o Governo, e, para nossa tristeza, com o apoio das chefias militares — para combater os privilégios e reduzir o défi-

ce. O que vimos, no entanto, é a nossa situação e a do país a degradarem-se cada vez mais, com grande parte da população portuguesa a atingir já o limite da pobreza. Simultaneamente, vimos os grandes grupos económicos, a banca e outras instituições do género, a terem escandalosamente lucros fabulosos. Que vergonha!

Mas como ainda se vive em regime democrático, com leis e outras disposições legais, tribunais e outras instituições para garantirem o exercício dos direitos, nós, os sargentos, vamos comemorar o 31 de Janeiro, e este nosso dia, é um bom momento para apoiarmos a ANS, e o que, ao longo da sua existência, tem vindo a fazer: Defender os sargentos, em particular e os militares em geral, dos ataques que os sucessivos governos têm desferido contra os direitos dos militares e da sua família.

É tempo de travar a destruição da Condição Militar.

É tempo de os sargentos dizerem basta de roubos e ataques aos nossos direitos!

Viva o 31 de Janeiro.

Manuel Custódio de Jesus,
sócio n.º 9 ▲